

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DO INSTITUTO

2.3.1 - Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

O IF Baiano operacionalizou no Exercício de 2011, com uma Dotação Inicial no valor de **R\$ 81.481.725,00**, sendo contemplado posteriormente com créditos suplementares no valor de **R\$ 26.306.322,00** mais **R\$ 6.187.677,94** correspondente a destaques recebidos de outros Órgãos subtraídos os contingenciamentos, resultando em uma dotação atualizada na importância de **R\$ 113.913.964,94 (cento e treze milhões, novecentos e treze mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)**.

O Instituto Federal Baiano realizou a execução de **09** (nove) programas, sendo **06** (seis) do orçamento originário e **03** (três) resultantes de descentralizações de créditos. Dentre esses programas destacamos os que receberam respectivamente maior aporte de dotação orçamentária e recursos financeiros:

- **Funcionamento da Educação Profissional – 1062**, Programa de maior importância, que teve um aporte considerável de dotação orçamentária, assim como de ações em número de **09** (nove), sendo que **07** (sete) originários e **02** (duas) oriundas de descentralização orçamentária. Salientamos que o montante contemplado para este Programa foi **de R\$ 97.765.774,00**, correspondendo a **90,70%** do orçamento originário do Instituto e **R\$ 5.064.918,87**, correspondendo a **81,85%** do orçamento resultante de descentralizações externas;
- **Apoio Administrativo – 0750**, Programa com o número de **06** ações, sendo **05** (cinco) resultantes do orçamento originário e **01** (uma) resultante de descentralizações externas. Esse Programa corresponde ao segundo maior aporte de dotação com o valor de **R\$ 4.901.244,00 e R\$ 60.215,00** condizente à dotação originária e descentralizações externas respectivamente, em percentuais de **4,54% e 0,09%** respectivamente, dos orçamentos supracitados;
- **Previdência de Inativos e Pensionistas da União – 0089**, Programa com **01** (uma) ação , com o percentual de **4,00%** do total do Orçamento originário, correspondendo ao valor de **R\$ 4.316.602,00**;
- **Gestão da política da Educação – 1067**, Programa composto por **02** (duas) ações, sendo **01** (uma) para dotação orçamentária originária e outra referente a descentralização de créditos. Esse Programa corresponde ao percentual de **0,03%** do total do orçamento originário, correspondendo ao valor de **R\$ 400.465,00**, e a **0,001%** do total do orçamento de descentralizações, num valor total de **R\$ 6.438,12**;
- **Apoio à Iniciativa para Melhoria da Educação Nacional – 1060**, Programa composto por **01** (uma) ação com o percentual de **6,42%** do total do Orçamento de créditos descentralizados recebidos, correspondendo ao valor de **R\$ 397.650,18**;
- **Brasil Escolarizado – 1061**, Programa composto por **02** (duas) ações, sendo **01** (uma) correspondente a dotação orçamentária originária, e outra ação referente a recursos orçamentários descentralizados, perfazendo um total disponibilizado de **R\$ 342.202,00 e R\$ 194.580,13**, correspondendo aos percentuais de **0,03% e 3,14%** dos orçamentos originário e descentralizado respectivamente;

- **Educação para a Diversidade e Cidadania– 1377**, Programa com **02** (duas) ações oriundas de descentralizações de créditos, com o percentual de **0,12%** do total do Orçamento, que corresponde ao valor de **R\$ 78.040,62**;
- **Governo Eletrônico – 8002**, Programa composto por **01** (uma) ação com o percentual de **0,04%** do total do Orçamento recebidos por descentralização, correspondendo ao valor de **R\$ 30.800,00**;
- **Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – 8028**, Programa composto por **01** (uma) ação com o percentual de **0,04%** do total do Orçamento por descentralização, correspondendo ao valor de **R\$ 28.996,42**.

Esses Programas garantem a oferta da Educação Profissional e Tecnológica a todos os interessados, o pagamento de benefícios previdenciários aos inativos e pensionistas, o pagamento de benefícios aos servidores ativos e aos cumprimentos das metas traçadas pela Secretaria de Educação profissional e Tecnológica – SETEC, todos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

2.3.1.1 Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Código no PPA	0089					
Denominação	Previdência de Inativos e Pensionistas da União					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.					
Objetivos Específicos	Garantir o direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria, pensão, gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.					
Gerente	Não se aplica					
Público Alvo	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
3.552.201,00	4.316.602,00	4.288.456,00	4.288.456,00	-	4.288.456,00	
Fonte: SIMEC E SIAFI GERENCIAL						
Ação 0181.26404.0029 – Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1		07/04/2008	37.697	86.397	100%	99,35%
Fórmula de Cálculo do Índice						
O índice previsto baseia-se na dotação atualizada, e o índice atingido baseia-se no orçamento executado.						
Cálculo do Índice: 4.288.456,00 / 4.316.602,00						
Análise do Resultado Alcançado						

As metas físicas e financeiras estabelecidas para o Exercício de 2011 foram cumpridas devidamente. Os pagamentos das aposentadorias e pensões foram realizadas conforme dispõe a Carta Magna, que estabelece os requisitos para concessão e cálculo dos proventos.

A dotação orçamentária destinada a esta ação foi da ordem de **R\$ 4.316.602,00**. Comparado ao ano de 2010 que foi na ordem de **R\$ 3.864.099,00**, registrou-se um incremento de **11,71%**. Esse acréscimo proporcionou ao pagamento total de aposentadorias e pensões gerando um **impacto positivo** na execução da ação em questão, cuja aplicação dos recursos foi realizada de forma **eficiente e eficaz** pelos gestores deste Instituto.

2.3.1.2 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	0750					
Denominação	Apoio Administrativo					
Tipo do Programa	Apoio Administrativo					
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.					
Objetivos Específicos	Proporcionar aos servidores, empregados, pensionistas e dependentes benefícios para manutenção da saúde física e mental, assim como conceder, sob forma de pecúnia, auxílio-alimentação e auxílio-transporte aos servidores e empregados em atividade.					
Gerente	Wesllynton Luiz da Silva de Oliveira					
Público Alvo	Servidores, empregados, pensionistas e seus respectivos dependentes.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
3.679.244,00	4.901.244,00	4.755.112,00	4.755.112,00	-	4.755.112,00	
Fonte: SIMEC E SIAFI GERENCIAL						
Ação 2004.26404.0029 – Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoas beneficiadas	07/04/2008	129.366	606.682	660	623
Fórmula de Cálculo do Índice						
O índice previsto embasa-se na Meta (não cumulativa) estimada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC para o exercício de 2011, e o índice atingido baseia-se na quantidade total de beneficiados na Ação 2004.26404.0029 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, que tem por objetivo a concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo						

órgão ou entidade, ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.						
Análise do Resultado Alcançado						
<u>Análise Física:</u> A execução de 96% da ação deu-se em função da adesão voluntária aos diversos planos de saúde, incluindo-se aí o Plano Brasil para os Servidores em Educação e seus respectivos dependentes. Este índice pode oscilar entre as adesões realizadas, bem como os cancelamentos das mesmas. Houve um incremento na quantidade de servidores beneficiados no percentual de 80,05% em relação ao Exercício de 2010. <u>Análise Financeira:</u> Esta ação previu o atendimento de 660 servidores com um custo de R\$ 984.600,00. Durante o ano de 2011 o total de servidores, pensionistas e dependentes que utilizaram o Plano de Saúde ao custo de R\$ 966.892,99 financiado com os recursos destinados a essa Ação, implicou num percentual de 98,20% da dotação. A meta financeira foi atendida e cresceu em relação ao Exercício de 2010 o percentual de 47,92%. O Programa Apoio Administrativo cresceu em 20,84 % do seu Orçamento para a ação Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes, em relação a 2010. O recurso que foi devidamente aplicado nessa ação com efetividade, eficiência e eficácia pelos gestores deste Instituto, cujo impacto refletiu positivamente nos resultados.						
Ação 20CW.26404.0001 – Assistência Médica e Odontológica aos servidores e empregados – Exames Periódicos						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Servidores beneficiados	07/04/2008	0	352.876	234	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
O índice previsto embasa-se na Meta (não cumulativa) estimada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC para o exercício de 2011, e o índice atingido baseia-se na quantidade total de beneficiados na Ação 20CW.26404.0001 – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos, que tem como objetivo a realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
<u>Análise Física:</u> A execução desta ação demanda vários levantamentos internos e externos necessários aos encaminhamentos para contratação de empresa para realização dos exames periódicos, de forma a cumprir a legislação vigente. No final do exercício, foi encaminhado à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROPLAN) o processo constando Termo de Referência e cotações para providências licitatórias. Ressaltamos que Processo para abertura de procedimento licitatório chegou à PROPLAN no dia 24/11 do corrente ano. Tendo em vista que a Secretaria de Planejamento e Orçamento estabeleceu o prazo máximo para emissão de empenhos o dia 04/12/2011, tornou-se impossível de a PROPLAN juntamente ao Setor de Licitação, desencadear o processo licitatório na modalidade Pregão dentro de um prazo de 06 (seis) dias úteis. <u>Análise Financeira:</u> Essa ação previa o atendimento médico de servidores ativos, inativos e pensionistas ao custo de R\$ 42.118,00 (quarenta e dois mil e cento e dezoito reais). Salientamos que não houve aplicação da dotação em questão em razão do aporte orçamentário para esta finalidade ter sido contemplado a contento na Ação 2004 – Assistência Médica aos servidores, pensionistas e dependentes. Tendo em vista que no Exercício de 2010, houve uma previsão de dotação no valor de R\$ 42.118,00, por motivos operacionais o mencionado valor não foi utilizado, gerando um impacto negativo pela não aplicação dos recursos disponibilizados nos dois Exercícios.						

A direção do Instituto está adotando medidas objetivando tornar esta Ação mais eficiente para que possa haver maior efetividade por parte dos gestores.

Ação 2012.26404.0029 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Servidores beneficiados	07/04/2008	0	7.750	619	917

Fórmula de Cálculo do Índice

O índice previsto embasa-se na Meta (não cumulativa) estimada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC para o exercício de 2011, e o índice atingido baseia-se na quantidade total de beneficiados na Ação 2012.26404.0029 – Auxílio alimentação aos Servidores e Empregados, que tem por objetivo a concessão de auxílio alimentação em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, aos servidores e empregados ativos.

Análise do Resultado Alcançado

Análise Física: Observa-se que houve um aumento de **48%** em relação ao resultado previsto, o qual constituiu-se claramente numa evolução positiva no desenvolvimento Institucional, resultado da admissão de **298** servidores, cujas vagas foram autorizadas pela Portaria Interministerial nº 56/2011, de 20/04/2011, publicada no DOU de 25/04/2011 e Ofício nº 1357/2011/CGDPR/DDR/SETEC/MEC.

Análise Financeira: A meta financeira em 2010 foi superada em relação ao Exercício de 2011 tanto na previsão quanto na execução respectivamente em **29,26% e 32,53%**, **impactando positivamente** na execução dos recursos colocados à disposição deste Instituto.

Salientamos que os gestores implementaram ações de **eficiência, eficácia e efetividade** para atender ao objeto principal dessa ação.

Ação 2011.26404.0029 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Servidores beneficiados	07/04/2008	0	2.083	343	225

Fórmula de Cálculo do Índice

O índice previsto embasa-se na Meta (não cumulativa) estimada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC para o exercício de 2011, e o índice atingido baseia-se na quantidade total de beneficiados na Ação 2011.26404.0029 – Auxílio transporte dos Servidores e Empregados, que tem por objetivo o pagamento de auxílio transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Análise do Resultado Alcançado

Análise Física: A referida indenização possui caráter obrigatório para aqueles que comprovarem as disposições contidas na Lei nº 8.112/90, Decreto nº 2.880/98 e Resolução nº 13/2011 do IF Baiano. Não obstante o ingresso de novos servidores, bem como a oscilação nas concessões e suspensões de

pagamentos, oriunda das mais diversas situações: alterações de endereços, remoções de servidores, medidas judiciais, etc., é razoável o entendimento de que os valores previstos para a concessão de Auxílio Transporte podem alternar, justificado o percentual atingido de **65%** da ação.

A meta física para o ano de 2011 comparada a 2010 foi ampliada em **11,94%**.

Análise Financeira: Essa Ação previa o atendimento de **343** servidores, contudo foram atendidos **225** servidores, embora tenha ocorrido um aumento no Quadro Funcional do Instituto. Por força da legislação vigente, alguns servidores não fizeram a opção do auxílio-transporte considerando que o desconto que incidiria sobre o seu vencimento não compensaria o valor a receber do benefício.

Houve um acréscimo tanto na previsão quanto na execução de recursos, comparando-se os exercícios de 2010 e 2011, com incremento percentual de **11,67%** e **13,73%** respectivamente, gerando um impacto positivo no atendimento a essa clientela implicando em várias ações, por parte dos gestores, de **eficiência, eficácia e efetividade**.

Ação 2010.26404.0029 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Crianças atendidas	07/04/2008	0	1.235	93	194

Fórmula de Cálculo do Índice

O índice previsto embasa-se na Meta (não cumulativa) estimada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMPEC para o exercício de 2011, e o índice atingido baseia-se na quantidade total de beneficiados na Ação 2010.26404.0029 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados, que tem por objetivo a concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto nº 977/93.

Análise do Resultado Alcançado

Análise Física: A execução superior a **100%** acima do previsto, deu-se devido a inclusão de dependentes de servidores admitidos no exercício de 2011, visto se tratar de benefício obrigatório para o servidor amparado pela legislação vigente. Houve um acréscimo no percentual de **36,61%** em relação ao exercício de 2010, demonstrando um **impacto positivo** na aplicação dos recursos destinados a este fim.

Análise Financeira: Houve um incremento de **30,89%** na dotação de 2011, comparado ao Exercício de 2010, assim como na aplicação da dotação disponibilizada o Exercício de 2011 teve um incremento de **38,88%** em relação a 2010, implicando que os gestores implementaram ações de **eficiência, eficácia e efetividade** para o referido objeto.

Registramos ainda, que essa Ação **impactou positivamente** no atendimento aos dependentes dos servidores e empregados do Instituto conforme descrito.

2.3.1.3 Programa 1061 – Brasil Escolarizado

Código no PPA	1061
Denominação	Brasil Escolarizado
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.
Objetivos Específicos	Implantação de parcerias com Estados, Distrito Federal, Municípios e Instituições Governamentais e Não-Governamentais afins, promovendo ações

	conjuntas para melhoria da Educação Básica Nacional.					
Gerente	Wagner Vilas Boas de Souza					
Público Alvo	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
400.465,00	400.465,00	234.963,00	229.760,00	5.203,00	222.212,00	
Fonte: SIMEC E SIAFI GERENCIAL						
Ação 8429.26404.0029 – Formação Inicial e Continuada a Distância						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Alunos matriculados	07/04/2008	0	117.433	80	548
Fórmula de Cálculo do Índice						
O índice previsto embasa-se na Meta (não cumulativa) estimada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC para o exercício de 2011, e o índice atingido baseia-se na quantidade total de alunos matriculados na Ação 8429.26404.0029 – Formação Inicial e Continuada a Distância, tendo como objetivo a realização da capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semi-presencial e presencial, quando exigido, de alunos para atuarem como futuros multiplicadores nas instituições de ensino profissional e tecnológico.						
Análise do Resultado Alcançado						
Salientamos que o índice positivo foi de 585% em razão do índice previsto da ordem de 80, porém foi atingido o índice de 548. Registramos que o impacto foi positivo e que os gestores foram eficientes, eficazes e efetivos no gerenciamento dos recursos colocados à disposição deste Instituto.						

2.3.1.4 Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Código no PPA	1062
Denominação	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade do ensino profissionalizante.
Objetivos Específicos	Desenvolvimento de ações de formação profissional, técnica e superior tecnológica, diretas e descentralizadas, que são implementadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica, e instituições federais de ensino, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais e não governamentais, no país e no exterior, objetivando o desenvolvimento da educação profissional técnica e tecnológica da Rede Federal de Educação.
Gerente	Maria de Fátima Teixeira Lima
Público Alvo	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, tecnológica e superior, professores da Educação Básica e da Educação Profissional e contratados.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
73.459.774,00	97.765.774,00	91.801.714,00	81.203.317,00	10.598.396,00	79.710.819,00

Fonte: SIMEC E SIAFI GERENCIAL

Ação 1H10.26404.0029 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade de Ensino Implantada	07/04/2008	01	182	5	8

Fórmula de Cálculo do Índice

O índice previsto embasa-se na Meta (não cumulativa) estimada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC para o exercício de 2011, e o índice atingido baseia-se na quantidade total de Unidades de Ensino implantadas na Ação 1H10.26404.0029 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que tem por objetivo a ampliação da oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante implantação de novas unidades de ensino, vinculadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Análise do Resultado Alcançado

Análise Física: Foi prevista para o ano de 2011 a implantação de **05 (cinco) unidades de ensino**, com o intuito de promoção da ampliação de oferta de vagas da educação profissional e tecnológica no Instituto Federal Baiano. Houve a execução de **60%** a mais do que o índice previsto para esta Ação, **impactando de maneira positiva** na referida Ação, configurando desta forma que os gestores implementaram ações **efetivas, eficientes e eficazes** no gerenciamento das disponibilidades orçamentárias.

Análise Financeira: Houve um decréscimo orçamentário de **(354%)** na dotação de 2011, comparado ao Exercício de 2010, assim como na aplicação da dotação disponibilizada o Exercício de 2011 teve uma redução em relação a 2010 no percentual de **(458%)**, impossibilitando assim uma maior ampliação das unidades de ensino do Instituto.

Ação 2992.26404.0029 – Funcionamento da Educação Profissional

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Aluno matriculado	07/04/2008	74.738	418.473	3700	5009

Fórmula de Cálculo do Índice

O índice previsto embasa-se na Meta (não cumulativa) estimada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC para o exercício de 2011, e o índice atingido baseia-se na quantidade total de alunos matriculados na Ação 2992.26404.0029 – Funcionamento da Educação Profissional, tendo por objetivo a garantia da manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionado melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.

Análise do Resultado Alcançado

A Ação 2992 – Funcionamento da Educação Profissional tem por objetivo garantir a manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, para fornecimento de educação profissional técnica, tecnológica e superior.

Nesta ação incluem-se as despesas com folha de pessoal – maior volume de recursos, aquisição de bens, materiais e serviços necessários à manutenção e continuidade da atividade de ensino do Instituto Federal Baiano.

É válido salientar que essa Ação é a que possui o maior aporte de dotação orçamentária e recursos financeiros, cuja aplicação **impactou positivamente nas metas deste Órgão**.

Análise Física: As metas físicas executadas superaram em **73,86%** o total previsto do corrente exercício, verificando-se que o Instituto cumpriu o seu objetivo principal, oferecendo educação profissional de qualidade à sociedade.

Análise Financeira: Esta Ação teve um aporte considerável de dotação orçamentária no Exercício de 2011, totalizando um percentual de **61,42%** a mais que o Exercício de 2010. A execução financeira no Exercício de 2011 correspondeu a **94,00%** do total de crédito disponibilizado, e apresentou um incremento de **54,82%** em relação à execução do orçamento do ano de 2010, evidenciando que as ações dos gestores do Instituto foram **eficazes, eficientes e efetivas**.

Ação 2994.26404.029 – Assistência ao Educando da Educação Profissional

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Aluno assistido	07/04/2008	18.520	142.288	821	3.487

Fórmula de Cálculo do Índice

O índice previsto embasa-se na Meta (não cumulativa) estimada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC para o exercício de 2011, e o índice atingido baseia-se na quantidade total de alunos assistidos, de acordo com a Ação 2994.26404.0029 - Assistência ao educando da Educação Profissional, tendo por objetivo suprir as necessidades básicas do educando (alimentação, atendimento médico odontológico, alojamento, transporte, dentre outras iniciativas assistenciais), proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.

Análise do Resultado Alcançado

Quanto a essa Ação, as metas físicas e financeiras tinham como foco principal proporcionar aos educandos, condições dignas para se manterem estudando, até a conclusão dos cursos a que se propuseram fazer, com acentuado aproveitamento.

Com a dotação disponibilizada, há de se observar o percentual de aplicação não só da dotação como também dos recursos financeiros de forma **eficiente, eficaz e efetiva do gestor**, quanto ao gerenciamento do que foi colocado sob a sua responsabilidade.

Análise Física: As metas físicas atingidas superaram em **324%** as metas previstas para o Exercício de 2011, e em comparação a 2010, a quantidade de alunos assistidos foi superior em **31,48%**, cuja aplicação da dotação orçamentária e recursos financeiros colocados à disposição dos gestores do Instituto **impactaram positivamente** na execução do seu objeto.

Análise Financeira: Observa-se uma aplicação positiva dos recursos disponibilizados para essa ação, onde o Instituto executou **89,80%** da dotação orçamentária. Contudo, a Ação de Assistência ao Educando sofreu um decréscimo de **63,19%**, comparando-se o Exercício de 2011 ao Exercício de 2010, o que impediu que o IFBAIANO pudesse beneficiar mais alunos, para assim, proporcionar condições para sua permanência e melhor desempenho nos estudos.

Ação 2E13.26404.0208 – Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

4	Unidade modernizada	07/04/2008	20	97	1	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
O índice previsto embasa-se na Meta (não cumulativa) estimada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC para o exercício de 2011, e o índice atingido baseia-se na quantidade total de Unidades modernizadas, de acordo com a Ação 2E13.26404.0029 – Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das Instituições Federais de educação Tecnológica.						
Análise do Resultado Alcançado						
Apesar desta Ação fazer parte dos Programas que estão sob a responsabilidade do Instituto, não houve disponibilização de dotação orçamentária para esse fim nos Exercícios de 2010 e 2011.						
Ação 6301.26404.0029 – Acervo Bibliográfico para as instituições da Rede Federal de Educação Profissional						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Volume disponibilizado	07/04/2008	27.967	365.503	1.500	1.515
Fórmula de Cálculo do Índice						
O índice previsto embasa-se na Meta (não cumulativa) estimada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC para o exercício de 2011, e o índice atingido baseia-se na quantidade total de Unidades modernizadas, de acordo com a Ação 6301.26404.0029 – Acervo Bibliográfico para as instituições da rede Federal de Educação Profissional, que tem por objetivo ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da rede Federal de Educação Profissional.						
Análise do Resultado Alcançado						
A Ação 6301 tem por objetivo dotar as bibliotecas dos Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia, de acervo específico à área de ensino profissionalizante e tecnológico, possibilitando aos alunos, acesso aos exemplares que facilitarão seus estudos e pesquisas que careçam desse material, os quais apresentam fundamental importância para esses futuros profissionais.						
<u>Análise Física:</u> A quantidade total de acervo bibliográfico adquirido superou em 1% a quantidade total prevista no ano de 2011. Em relação ao Exercício de 2010, houve um decréscimo no quantitativo de exemplares adquiridos em 2011, resultando em um percentual a menor na ordem de 7,84% .						
<u>Análise Financeira:</u> Em análise ao Exercício de 2011, percebe-se um incremento orçamentário de 102% em comparação ao Exercício de 2010, onde a execução financeira em 2011 alcançou 98,76% do orçamento disponibilizado para essa finalidade.						
Notadamente verifica-se que a utilização dos recursos orçamentários e financeiros impactaram positivamente na vida estudantil dos educandos, quando em seus alcances está um acervo atualizado e de qualidade, instrumento extremamente necessário para que os mesmos possam dar continuidade aos cursos que optaram por fazer.						
Comprova-se que as ações implementadas pelos gestores implicaram em eficiência, eficácia e efetividade no trato do gerenciamento dos recursos públicos colocados à disposição do Instituto.						
Ação 8650.26404.0029 – Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

6	Unidade Reestruturada	07/04/2008	0	5.068	9	11
Fórmula de Cálculo do Índice						
O índice previsto embasa-se na Meta (não cumulativa) estimada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC para o exercício de 2011, e o índice atingido baseia-se na quantidade total de Unidades modernizadas, de acordo com a Ação 8650.26404.0029 – Reestruturação da rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como objetivo reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com vistas a ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante a modernização de unidades.						
Análise do Resultado Alcançado						
As metas físicas e financeiras foram devidamente atendidas. Com a disponibilização da dotação orçamentária e recursos financeiros houve um impacto positivo nas referidas metas.						
<u>Análise Física:</u> As metas físicas executadas em 2011 superam em 22,22% as metas previstas. Comparando-se a execução de 2011 em relação a 2010, percebe-se um decréscimo de 52,17% .						
<u>Análise Financeira:</u> Houve um acréscimo na dotação orçamentária de 2011 em relação a 2010 no percentual de 73,95% , onde a execução financeira em 2011 alcançou 92,42% do orçamento disponibilizado.						
Ressaltamos que os gestores agiram com eficácia, eficiência e efetividade , não envidando esforços para modernizar as Unidades de Ensino, como forma de propiciar a ampliação de oferta de vagas para o Instituto.						
Ação 09HB.26404.0001 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
7	-	07/04/2008	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
O índice previsto embasa-se na Meta (não cumulativa) estimada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC para o exercício de 2011, e o índice atingido baseia-se na quantidade total de Unidades modernizadas, de acordo com a Ação 09HB.26404.0001 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.						
Análise do Resultado Alcançado						
Em consonância à legislação vigente, o IFBAIANO aplicou devidamente os recursos de custeio do Regime de Previdência, destinados ao pagamento do Plano de Seguridade Social dos servidores públicos federais.						
As metas físicas e financeiras desta Ação foram devidamente cumpridas mediante o aporte orçamentário com indicador superior se comparado ao exercício de 2010.						
Ressaltamos que essa Ação com a dotação disponibilizada impactou positivamente no cumprimento da legislação assegurando aos servidores benefícios da seguridade, implicando que a atitude do gestor demonstrou a eficiência, eficácia e efetividade na tomada de decisão .						
<u>Análise Financeira:</u> Verifica-se que houve um acréscimo na dotação orçamentária de 2011 em relação a 2010 no percentual de 35,40% , sendo executado 98,62% do orçamento previsto para o Exercício de 2011.						

2.3.1.5 Programa 1067 – Gestão da Política da Educação

Código no PPA	1067					
Denominação	Gestão da Política da Educação					
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas					
Objetivo Geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.					
Objetivos Específicos	Formulação de políticas e intensificação da gestão participativa e de controle social, através da inserção de mecanismos de participação / interlocução com as instituições, corporações e sociedade civil na elaboração de projetos e atos normativos decorrentes das políticas públicas de ensino, no intuito de formar uma cultura de gestão participativa e de controle social, e lhe dar efetividade.					
Gerente	Wagner Vilas Boas de Souza					
Público Alvo	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
400.465,00	400.465,00	234.963,00	229.760,00	5.203,00	222.212,00	
Fonte: SIMEC E SIAFI GERENCIAL						
Ação 4572.26404.0029 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor capacitado	07/04/2008	10.586	54.504	200	827
Fórmula de Cálculo do Índice						
O índice previsto embasa-se na Meta (não cumulativa) estimada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC para o exercício de 2011, e o índice atingido baseia-se na quantidade total de beneficiados na Ação 4572.26404.0029 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, tendo como objetivo a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio de eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.						
Análise do Resultado Alcançado						
A execução acima do previsto constitui-se em indicador positivo do Instituto Federal Baiano, pois revela o interesse e esforço institucional em oferecer e incentivar a capacitação dos seus servidores, bem como o seu bem estar no trabalho, contribuindo positivamente para o desenvolvimento Institucional.						
Dessa forma, fica caracterizado que o gestor demonstrou eficiência, eficácia e efetividade em suas ações.						
<u>Análise Física:</u> As metas físicas executadas em 2011 superam em 313% as metas previstas pelo Instituto. Em comparação a 2010, a quantidade de servidores capacitados em 2011 foi superior em 233,46% , demonstrando um aumento significativo de servidores qualificados .						
<u>Análise Financeira:</u> Verifica-se que houve um acréscimo na dotação orçamentária de 2011 em relação a 2010 no percentual de 122,48% , sendo executado 58,67% do orçamento previsto para o Exercício de 2011.						

2.3.1.6 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Código no PPA	0901					
Denominação	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Tipo do Programa	Operações Especiais					
Objetivo Geral	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Objetivos Específicos	Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.					
Gerente						
Público Alvo	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
47.839,00	61.638,00	61.637,00	61.637,00	-	61.637,00	
Fonte: SIMEC E SIAFI GERENCIAL						
Ação 0005.26404.0029 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	-	07/04/2008	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
A Ação 0005.26404.0029 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas, não possui índices inicial e final no Plano Plurianual 2088-2011 (índices previstos pelo MEC), e índices previsto e atingido no exercício referentes ao IFBAIANO (Meta SIMEC), visto que tal Ação decorre de Sentenças Judiciais, as quais por sua natureza, não tem como ser mensurada devido à possibilidade de deferimento ou indeferimento processual.						
Análise do Resultado Alcançado						
A ação foi cumprida conforme os ditames legais e conforme SIMEC não existem metas a serem atingidas.						
Análise Financeira: Houve um acréscimo na dotação orçamentária de 2011 em relação a 2010 no percentual de 20,20% , sendo executado 99,99% do orçamento previsto para o Exercício de 2011, gerando um impacto positivo , cuja dotação colocada à disposição do IFBAIANO foi aplicada com eficiência, eficácia e efetividade pelos gestores do mesmo.						

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
09	272	0089	0181	OP	3	-	-	-	-
12	122	1062	09HB	OP	3	-	-	-	-
12	128	1061	8429	A	3	Aluno matriculado	80	548	-
12	128	1067	4572	A	3	Servidor Capacitado	200	827	-
12	301	0750	2004	A	3	Pessoa Beneficiada	660	623	-
12	301	0750	20CW	A	3	Servidor Beneficiado	234	0	-
12	306	0750	2012	A	3	Servidor Beneficiado	619	917	-
12	331	0750	2011	A	3	Servidor Beneficiado	343	225	-
12	363	1062	1H10	P	3	Unidade de Ensino Implantada	5	8	-
12	363	1062	2992	A	3	Aluno Matriculado	3.700	5.009	-
12	363	1062	2994	A	3	Aluno assistido	821	3.487	-
12	363	1062	2E13	A	3	Unidade Modernizada	1	0	-
12	363	1062	6301	A	3	Volume disponibilizado	1.500	1.515	-
12	363	1062	8650	A	3	Unidade Reestruturada	9	11	-
12	365	0750	2010	A	3	Criança Atendida	93	194	-
28	846	0901	0005	OP	3	-	-	-	-

Fonte: SIMEC E FIAFI GERENCIAL

Análise Crítica:

Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões, teve um índice previsto de **37,69%** em seu atendimento, contudo os gestores foram **eficientes e efetivos** em suas ações, atingindo um índice de **86,39%**, **impactando positivamente** na gestão dos recursos públicos.

Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, teve um incremento de **35,40%** na dotação de 2011 comparado ao Exercício de 2010, **impactando positivamente** na sua execução, de forma **eficaz, efetiva e eficiente**.

Ação 8429 – Formação Inicial e Continuada à Distância, cujo índice previsto foi de **80** alunos matriculados, porém foram contemplados **548** alunos, gerando um **positivo** na execução da Ação pelos gestores de forma **eficaz e eficiente**.

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, proporcionou o atendimento de **313,50%** de beneficiados, **impactando positivamente** na meta prevista, mediante as ações implementadas dos gestores deste IFBAIANO, de forma **eficiente, eficaz e efetiva**, consolidando assim, com as metas efetivamente imperadas no Exercício de 2011.

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos servidores, Empregados e seus Dependentes, possibilitou a assistência médica e odontológica a **94,40%** dos servidores neste Exercício, cuja previsão era de **660** servidores e foram assistidos **623**, implicando que os gestores deste Instituto foram **eficientes, eficazes e efetivos**, onde o devido **impacto refletiu positivamente** sobre as metas previstas.

Ação 20CW – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos, não houve execução em razão de problemas operacionais de intempestividade em se proceder ao envio do processo, objetivando realizar a licitação que iria possibilitar a total aplicação de **R\$ 42.118,00**.

Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos Servidores e Empregados, teve uma previsão no Exercício de 2011 de assistir ao número de **619** servidores, porém, superou o estimado, atingindo o número de **917** servidores, **impactando positivamente** no percentual de **48,15%** de servidores a mais que foram beneficiados, mais uma vez implicando que os gestores foram **eficientes, eficazes e efetivos** no gerenciamento dos recursos públicos.

Ação 2011 – Auxílio-transporte a Servidores e Empregados, a qual teve uma previsão de atendimento de **343** servidores, porém somente foi possível atender a **225** servidores, onde o percentual de **65,59%** atribuímos em função da legislação em vigor que disciplina o pagamento desse benefício. Ressaltamos ainda assim as ações **eficientes, eficazes e efetivas dos gestores** na aplicação dos cabíveis procedimentos.

Ação 1H10 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, teve uma previsão de **05** unidades conforme dados extraídos do SIMEC, contudo o índice atingido foi de **08** unidades gerando um **impacto positivo de 60%**, em razão das **ações efetivas, eficazes e eficientes dos gestores**.

Ação 2992 – Funcionamento da Educação Profissional, teve uma previsão de **3.700** alunos matriculados conforme dados extraídos do SIMEC, porém o índice atingido foi **5.009** alunos neste exercício, impactando positivamente com um percentual de **85,52%** de atendimento ao nosso alunado. Registramos que as ações dos gestores foram **efetivas, eficientes e eficazes** na condução das implementação das atividades do IFBAIANO.

Ação 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional, teve um índice previsto de **821** assistências ao educando, contudo no Exercício de 2011 **impactou positivamente** em **324,73%** em assistências, implicando assim nas ações dos gestores que foram **efetivas eficientes e eficazes** na aplicação da dotação disponibilizada para esse fim.

Ação 2E13 – Reforma e Modernização da Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica, teve como índice previsto **01** (uma) Unidade, porém não foi contemplada com dotação orçamentária para esse fim, razão pela qual não há mensuração.

Ação 6301 – Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, teve como índice previsto de **1.500** acervos, porém o realizado foi de **1.515**, gerando um **impacto positivo** de **1%** para o Exercício de 2011, evidenciando ação **efetiva e eficiente** dos gestores deste IFBAIANO.

Ação 8650 – Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, teve como índice previsto de **09** (nove) Unidades, contudo foram realizadas **11** (onze) reestruturações, conforme dados do SIMEC, referente ao Exercício de 2011, **impactando positivamente** em um percentual de **22,23%**, refletindo assim ação **eficiente, eficaz e efetiva** dos gestores no atendimento das necessidades do Instituto.

Ação 2010 – Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, teve como índice previsto **93** crianças a serem atendidas em 2011, porém esse índice foi superado em **194** crianças atendidas, conforme informações extraídas do SIMEC, gerando um **impacto positivo de 108,61%** de crianças beneficiadas, implicando na **eficiência e efetividade** por parte dos gestores.

Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas, esta Ação não possui metas previstas a serem atingidas, conforme dados extraídos do SIMEC, por essa razão não expressamos indicadores para ela. Outrossim, a Ação em questão foi cumprida **conforme ditames legais**. Salientamos a **eficiência e efetividade** por parte dos gestores na correspondente Ação.

2.4 - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	26404	158129

2.4.2 Programação das Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		36.295.987,00	26.479.242,00	-	-	32.897.627,00	23.550.335,00
	PLOA		36.295.987,00	26.479.242,00	-	-	32.897.627,00	23.550.335,00
	LOA		36.295.987,00	26.479.242,00	-	-	32.897.627,00	23.550.335,00
CRÉDITOS	Suplementares		24.958.103,00	18.845.000,00	-	-	1.348.219,00	1.983.227,00
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordi nários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	(122,00)	(199,90)
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			61.254.090,00	45.324.242,00	-	-	34.245.724,00	25.533.362,10

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.3 Programa de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		12.288.111,00	8.356.911,00	-	-	-	-
	PLOA		12.288.111,00	8.356.911,00	-	-	-	-
	LOA		12.288.111,00	8.356.911,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares				-	-	-	-
	Especiais	Abertos			-	-	-	-
		Reabertos			-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos			-	-	-	-
		Reabertos			-	-	-	-
	Créditos Cancelados			(300.000,00)	-	-	-	-
Outras Operações					-	-	-	-
Total			12.288.111,00	8.056.911,00	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.3.1 Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		69.193.614,00	50.029.577,00	12.288.111,00	8.356.911,00	-	-
	PLOA		69.193.614,00	50.029.577,00	12.288.111,00	8.356.911,00	-	-
	LOA		69.193.614,00	50.029.577,00	12.288.111,00	8.356.911,00	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		26.306.322,00	20.828.227,00	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		(122,00)	(199,90)		(300.000,00)		
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			95.499.814,00	70.857.604,00	12.288.111,00	8.056.911,00	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica:

Quanto aos dados contidos nos Quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6, registramos que no Exercício de 2010 o total de despesas correntes no montante de **R\$ 70.857.604,00**, e comparado ao Exercício de 2011 foi registrado um aporte na mesma natureza de gastos no montante de **R\$ 95.499.814,00**, gerando um **impacto positivo de aporte** numa diferença de **R\$ 24.642.210,00**, implicando no percentual significativo de **34,77%** para atender à manutenção das atividades didático-pedagógicas e administrativas do Instituto.

Em relação às despesas de capital, registramos que no Exercício de 2010, o total de despesa desta categoria realizou-se no montante de **R\$ 8.056.911,00**, e comparado ao Exercício de 2011 foi registrado um aporte na mesma natureza de gastos com despesas no montante de **R\$ 12.288.111,00**, gerando um **impacto positivo de aporte** numa diferença de **R\$ 4.231.200,00**, implicando no percentual significativo de **52,51%** para atender à manutenção das atividades didático-pedagógicas e administrativas do Instituto.

Do montante orçamentário disponibilizado para o Exercício de 2011 no valor de **R\$ 107.787.925,00** **impactou positivamente** comparado ao Exercício de 2010 que foi no valor de **R\$ 78.914.515,00**, resultando em um acréscimo percentual de **36,58%**, devidamente aplicado no funcionamento do Instituto através das ações **efetivas, eficientes e eficazes dos gestores do IF Baiano**.

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

A Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa do Instituto está apresentada neste Relatório de forma subdividida em: Movimentações Internas – Reitoria /*Campi*, Movimentações Internas e Externas – Outros Órgãos / Reitoria / *Campi*, Movimentações Externas – Outros Órgãos / Reitoria. Dentro de cada uma dessas subdivisões apresentam-se os quadros por tipo de ação e órgão financiador.

2.4.3.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

2.4.3.2.1 - Movimentações Internas – Reitoria / Campi

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – no Estado da Bahia

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.12.128.1061.8429			154.950,00
	Recebidos	158277	26404.12.128.1061.8429			9.545,00
	Recebidos	158435	26404.12.128.1061.8429			76.516,00
	Recebidos	158442	26404.12.128.1061.8429			30.665,00
	Recebidos	158443	26404.12.128.1061.8429			38.224,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Funcionamento da Educação Profissional - no Estado da Bahia

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.12.363.1062.2992			11.814.887,00
	Recebidos	158277	26404.12.363.1062.2992			2.514.729,00
	Recebidos	158435	26404.12.363.1062.2992			2.437.020,00
	Recebidos	158442	26404.12.363.1062.2992			3.545.298,00
	Recebidos	158443	26404.12.363.1062.2992			2.515.479,00
	Recebidos	151889	26404.12.363.1062.2992			802.361,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.12.363.1062.2992	987.270,00		
	Recebidos	158277	26404.12.363.1062.2992	152.995,00		
	Recebidos	158435	26404.12.363.1062.2992	218.813,00		
	Recebidos	158442	26404.12.363.1062.2992	321.468,00		
	Recebidos	158443	26404.12.363.1062.2992	183.112,00		
	Recebidos	151889	26404.12.363.1062.2992	110.882,00		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - no Estado da Bahia

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.12.363.1062.1H10			387.582,00
	Recebidos	158443	26404.12.363.1062.1H10			387.582,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.12.363.1062.1H10	295.042,00		
	Recebidos	158435	26404.12.363.1062.1H10	103.167,00		
	Recebidos	158442	26404.12.363.1062.1H10	3.900,00		
	Recebidos	158443	26404.12.363.1062.1H10	168.698,00		
	Recebidos	151889	26404.12.363.1062.1H10	19.277,00		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Assistência ao Educando da Educação Profissional - no Estado da Bahia

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.12.363.1062.2994			1.267.680,00
	Recebidos	158277	26404.12.363.1062.2994			297.050,00
	Recebidos	158435	26404.12.363.1062.2994			287.800,00
	Recebidos	158442	26404.12.363.1062.2994			357.650,00
	Recebidos	158443	26404.12.363.1062.2994			257.780,00
	Recebidos	151889	26404.12.363.1062.2994			67.400,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.12.363.1062.2994	245.956,00		
	Recebidos	158277	26404.12.363.1062.2994	23.094,00		
	Recebidos	158435	26404.12.363.1062.2994	23.500,00		
	Recebidos	158442	26404.12.363.1062.2994	22.674,00		
	Recebidos	158443	26404.12.363.1062.2994	158.351,00		
	Recebidos	151889	26404.12.363.1062.2994	18.337,00		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - no Estado da Bahia

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.12.363.1062.8650			2.005.561,00
	Recebidos	158277	26404.12.363.1062.8650			705.561,00
	Recebidos	158435	26404.12.363.1062.8650			600.000,00
	Recebidos	158443	26404.12.363.1062.8650			700.000,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.12.363.1062.8650	7.360.600,00		
	Recebidos	158277	26404.12.363.1062.8650	1.107.078,00		
	Recebidos	158435	26404.12.363.1062.8650	2.709.553,00		
	Recebidos	158442	26404.12.363.1062.8650	2.140.754,00		
	Recebidos	158443	26404.12.363.1062.8650	403.215,00		
	Recebidos	151889	26404.12.363.1062.8650	1.000.000,00		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Formação Inicial e Continuada a Distância - no Estado da Bahia

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.12.128.1061.8429	2.419,00		
	Recebidos	158435	26404.12.128.1061.8429	2.419,00		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional - no Estado da Bahia

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.12.363.1062.6301	237.344,00		
	Recebidos	158277	26404.12.363.1062.6301	83.732,00		
	Recebidos	158435	26404.12.363.1062.6301	53.000,00		
	Recebidos	158442	26404.12.363.1062.6301	17.077,00		
	Recebidos	158443	26404.12.363.1062.6301	34.500,00		
	Recebidos	151889	26404.12.363.1062.6301	49.035,00		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica:

A Movimentação Interna diz respeito às provisões efetuadas da Reitoria para os *Campi*, como forma desses últimos realizarem as suas execuções orçamentárias e financeiras com autonomia administrativa.

As provisões efetivadas tem como alicerce o quantitativo de alunos existentes em cada Unidade vinculada ao IFBAIANO, objetivando dar continuidade ao processo didático-pedagógico do Instituto, assim como, à manutenção da atividade meio.

2.4.3.2.2 Movimentações Internas e Externas – Outros Órgãos / Reitoria / Campi

2.4.3.2.2.A - Ministério do Esporte

Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional – Nacional

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.27.812.8028.4377			26.998,00
	Recebidos	158435	26404.27.812.8028.4377			13.499,00
	Recebidos	158443	26404.27.812.8028.4377			13.499,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	180006	26404.27.812.8028.4377			28.996,00
	Recebidos	158129	26404.27.812.8028.4377			28.996,00
FONTE: SIAFI GERENCIAL						

2.4.3.2.2 B - Ministério da Educação

Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - Nacional

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.12.363.1062.1H10			2.963.650,00
	Recebidos	158277	26404.12.363.1062.1H10			380.571,00
	Recebidos	158435	26404.12.363.1062.1H10			1.049.300,00
	Recebidos	158442	26404.12.363.1062.1H10			594.482,00
	Recebidos	158443	26404.12.363.1062.1H10			731.490,00
	Recebidos	151889	26404.12.363.1062.1H10			207.807,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	150016	26404.12.363.1062.1H10			3.405.938,00
	Recebidos	158129	26404.12.363.1062.1H10			3.405.938,00
FONTE: SIAFI GERENCIAL						

Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional – Nacional

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.12.363.1062.6358			3.709,00
	Recebidos	158443	26404.12.363.1062.6358			3.709,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	150016	26404.12.363.1062.6358			3.709,00
	Recebidos	158129	26404.12.363.1062.6358			3.709,00

Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional – Nacional

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158129	26404.12.363.1062.6380			93.234,00
	Recebidos	158277	26404.12.363.1062.6380			25.609,00
	Recebidos	158435	26404.12.363.1062.6380			67.625,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação			
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	150016	26404.12.363.1062.6380			202.055,00
	Recebidos	158129	26404.12.363.1062.6380			202.055,00
FONTE: SIAFI GERENCIAL						

Análise Crítica:

As Movimentações Externas referem-se a destaques orçamentários, oriundos de descentralizações de outros Órgãos para o Instituto Federal Baiano, para serem aplicados de acordo com a especificidade de cada Programa e suas referidas Ações.

Após o recebimento das descentralizações orçamentárias, a Reitoria do IFBAIANO disponibilizou o orçamento para os Campi em consonância ao planejamento realizado para o Exercício de 2011, demonstrando eficiência, eficácia e efetividade dos gestores no gerenciamento dos recursos públicos.

2.4.3.2.3 Movimentações Externas – Outros Órgãos / Reitoria

2.4.3.2.3 A - Fundação Nacional de Desenvolvimento da educação - FNDE

Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – no Estado da Bahia

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	153173	26404.12.306.1061.8744			194.580,00
	Recebidos	158129	26404.12.306.1061.8744			194.580,00

FONTE: SAIFI GERENCIAL

2.4.3.2.3 B - Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão

Coordenação do Processo de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos - Nacional

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	201002	26404.04.126.8002.4838			30.800,00
	Recebidos	158129	26404.04.126.8002.4838			30.800,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

2.4.3.2.3 C - Justiça Federal

Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - no Estado da Bahia

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	158129	26404.28.846.0901.0005			61.638,00
	Recebidos	090049	26404.28.846.0901.0005			61.638,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

2.4.3.2.3 D - Ministério das Comunicações

Capacitação de Multiplicadores - Nacional

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	410002	26404.24.128.1008.6867			326.038,00
	Recebidos	158435	26404.24.128.1008.6867			326.038,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Administração da Unidade - Nacional

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Externa	Concedidos	410002	26404.24.122.0750.2000	60.215,00		
	Recebidos	158129	26404.24.122.0750.2000	60.215,00		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

2.4.3.2.3 E - Ministério da Educação

Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Nacional

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Externa	Concedidos	150016	26404.12.363.1062.1H10	348.895,00		
	Recebidos	158129	26404.12.363.1062.1H10	348.895,00		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional – Nacional

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Externa	Concedidos	150016	26404.12.363.1062.6380	1.045.318,00		
	Recebidos	158129	26404.12.363.1062.6380	1.045.318,00		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Fomento à Inclusão Social e Étnico-racial na Educação Superior – Nacional

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Externa	Concedidos	150016	26404.12.364.1377.2C68	42.040,00		
	Recebidos	158129	26404.12.364.1377.2C68	42.040,00		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Gestão e Administração do Programa - Nacional

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	150016	26404.12.122.1067.2272			6.438,00
	Recebidos	158129	26404.12.122.1067.2272			6.438,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Implementação e Manutenção do Sistema de Informação da Educação Profissional - Nacional

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	150016	26404.12.363.1062.20AW			59.000,00
	Recebidos	158129	26404.12.363.1062.20AW			59.000,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Fomento à Inclusão Social e Étnico-racial na Educação Superior – Nacional

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	150016	26404.12.364.1377.2C68			36.000,00
	Recebidos	158129	26404.12.364.1377.2C68			36.000,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos – Nacional

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	150016	26404.12.366.1060.8526			397.650,00
	Recebidos	158129	26404.12.366.1060.8526			397.650,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica:

As Movimentações Externas referem-se a destaques orçamentários, oriundos de descentralizações de outros Órgãos para o Instituto Federal Baiano, para serem aplicados de acordo com a especificidade de cada Programa e suas referidas Ações.

No Exercício de 2011, houve a descentralização de orçamento do Ministério das Comunicações diretamente para o Campus Senhor do Bonfim, referente ao Programa 1008 – Inclusão Digital, Ação 6867 – Capacitação de servidores, no montante de R\$ 326.038,00, para serem aplicados de acordo com os objetivos do Programa.

Salientamos que no Exercício de 2011, houve o destaque orçamentário do Instituto Federal Baiano para a Justiça Federal, referente ao Cumprimento de Sentenças Judiciais transitadas em Julgado.

2.4.4 Execução orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

1.1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	21.381.819,00	16.486.334,00	20.844.058,00	15.508.530,00
Convite	109.283,00	26.765,00	109.283,00	16.566,00
Tomada de Preços	1.264.220,00	1.173.519,00	1.264.220,00	732.198,00
Concorrência	1.497.655,00	-	1.497.655,00	-
Pregão	15.417.292,00	8.489.846,00	14.879.531,00	7.963.562,00
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	3.093.369,00	6.796.204,00	3.093.369,00	6.796.204,00
Contratações Diretas	2.997.836,00	5.307.704,00	2.906.013,00	4.911.437,00
Dispensa	1.349.404,00	3.598.705,00	1.304.975,00	3.310.810,00
Inexigibilidade	1.648.432,00	1.708.999,00	1.601.038,00	1.600.627,00
Regime de Execução Especial	153.116,00	152.318,00	153.116,00	152.318,00
Suprimento de Fundos	153.116,00	152.318,00	153.116,00	152.318,00
Pagamento de Pessoal	65.717.588,00	50.101.155,00	65.708.741,00	49.492.094,00
Pagamento em Folha	63.964.718,00	48.312.923,00	63.964.718,00	48.312.923,00
Diárias	1.752.870,00	1.788.232,00	1.744.023,00	1.788.232,00
Outros	5.292.761,00	1.205.495,00	4.614.476,12	1.149.144,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

1.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	58.785.534,00	44.541.707,00	58.785.534,00	44.541.707,00	-	-	58.593.356,00	44.541.707,00
Vencimentos e Vantagens Fixas; Vencimentos e Vantagens Fixas.	43.869.037,00	33.224.664,00	43.869.037,00	33.224.664,00	-	-	43.792.666,00	33.224.664,00
Obrigações Patronais; Obrigações Patronais.	8.992.905,00	6.544.890,00	8.992.905,00	6.544.890,00	-	-	8.958.250,00	6.544.890,00
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas; Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas.	2.352.623,00	2.098.598,00	2.352.623,00	2.098.598,00	-	-	2.352.623,00	2.098.598,00
Demais elementos do grupo	3.570.969,00	2.673.555,00	3.570.969,00	2.673.555,00	-	-	3.489.818,00	2.673.555,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	30.792.028,00	24.629.511,00	26.728.209,00	19.073.775,00	4.063.818,0	5.555.734,0	25.570.682,00	18.023.493,00
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.	7.792.614,00	11.473.739,00	6.149.400,00	7.112.004,00	1.643.214,00	4.361.734,00	5.913.429,00	6.312.767,00
Locação de mão de obra; Material de Consumo.	6.729.291,00	4.382.273,00	5.929.956,00	3.464.234,00	799.336,00	918.039,00	5.768.403,00	3.352.620,00
Material de Consumo; Auxílio-alimentação.	5.256.817,00	2.226.979,00	3.736.745,00	2.226.979,00	1.520.070,00	-	3.653.774,00	2.226.979,00
Demais elementos do grupo	11.013.306,35	6.546.520,00	10.912.108,11	6.270.558,00	101.198,24	275.961,00	10.235.076,76	6.131.127,00

1.1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	11.679.413,00	7.832.309,00	5.077.962,00	2.841.320,00	6.601.450,00	4.990.988,00	4.927.620,00	2.452.119,00
Obras e Instalações; Equipamento e Material Permanente.	6.652.386,00	5.158.770,00	2.814.307,00	1.940.311,00	3.838.079,00	3.218.459,00	2.814.307,00	1.742.190,00
Equipamento e Material Permanente; Obras e Instalações.	5.027.027,00	2.673.538,00	2.263.655,00	901.009,00	2.763.371,00	1.772.529,00	2.113.313,00	709.929,00
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica:

Conforme registrado no Quadro A.2.8, no Exercício de 2011 tivemos uma realização na modalidade Convite no montante de **R\$ 109.283,00** contrapondo ao Exercício de 2010 que foi de **R\$ 26.765,00**, com incremento de **300%** de despesas liquidadas e pagas em ambos os exercícios.

A modalidade Tomada de Preços teve uma execução de **R\$ 1.264.220,00** contrapondo ao Exercício de 2010 que foi de **R\$ 1.173.519,00**, havendo um incremento de **7,72%** de despesas liquidadas e pagas em ambos os exercícios, sendo que o ano de 2010 deixou um saldo de despesas liquidadas e não pagas.

A modalidade Concorrência teve uma execução de **R\$ 1.497.655,00** contrapondo ao Exercício de 2010, onde não houve nenhuma aplicação nesta modalidade de licitação.

Quanto à modalidade de licitação Pregão, foi executado o montante em 2011 de **R\$ 15.417.292,00** contrapondo ao Exercício de 2010 que teve o montante de **R\$ 8.489.846,00**, com incremento significativo de **81,60%**, sendo a modalidade mais utilizada no Exercício de 2011, onde o Instituto, primou pela ampla concorrência dos objetos licitados, contribuindo para a transparência dos atos de gestão do Órgão. Registramos ainda que, dos montantes acima, foram pagos respectivamente **R\$ 14.879.531,00 e R\$ 7.963.562,00**.

Quanto ao Sistema de Adesão de Registro de Preços, foi executado o montante em 2011 de **R\$ 3.093.369,00** contrapondo o Exercício de 2010 que teve o montante de **R\$ 6.796.204,00**, havendo um decréscimo de **(54,48%)**, implicando que a Administração está se empenhando para promover seus próprios processos licitatórios pela modalidade Pregão. Registramos ainda que dos Registros de Preços de 2011, assim como os de 2010, foram totalmente pagos.

Quanto às Contratações Diretas, no que tange as Dispensas de Licitação, foi executado o montante de **R\$ 1.349.404,00** contrapondo ao Exercício de 2010 que teve o montante de **R\$ 3.598.705,00**, havendo um decréscimo de **(62,50%)**, implicando na observação pela Administração em reduzir a realização das despesas através de Dispensa de Licitação.

Quanto às Contratações Diretas, no tocante as Inexigibilidades, foi executado o montante de **R\$ 1.648.432,00** contrapondo ao Exercício de 2010 que teve o montante de **R\$ 1.708.999,00**, havendo um decréscimo de **(3,50%)**, implicando na observação pela Administração em reduzir a realização das despesas através de Inexigibilidade. Registramos ainda que, dos montantes liquidados em 2011 e 2010, foram pagos respectivamente os valores de **R\$ 1.601.038,00 e R\$ 1.600.627,00**.

Quanto ao Regime de Execução Especial, no que tange ao Suprimento de Fundos, foi executado em 2011 o montante de **R\$ 153.116,00** contrapondo ao Exercício de 2010 que teve o montante de **R\$ 152.318,00**, havendo um acréscimo de **0,05%**. Registramos que os valores liquidados tanto em 2011 quanto em 2010 foram totalmente pagos.

Quanto ao Pagamento de Pessoal, houve uma execução financeira no montante de **R\$ 65.717.588,00** no Exercício de 2011 contrapondo ao Exercício de 2010 que teve o montante de **R\$ 50.101.155,00**, com incremento de **31,17%**. Ressaltamos que tal despesa está fracionada nas naturezas de gastos com Folha de Pessoal e Diárias nos respectivos montantes **R\$ 63.964.718,00 e R\$ 1.752.870,00 e R\$ 48.312.923,00 e R\$ 1.788.232,00**. Ressaltamos ainda que dos totais acima ficou saldo em diárias referente ao Exercício de 2011.

Registramos ainda a existência de outros valores não classificados nas modalidades anteriores, onde houve aporte de recursos em 2011 no montante de **R\$ 5.292.761,00** contrapondo ao Exercício de 2010

que teve o montante de **R\$ 1.205.495,00**, sendo respectivamente pagos **R\$ 4.614.476,12** e **R\$ 1.149.144,00**.

Quanto ao Quadro A.2.9 – despesas Correntes por Grupo e Elementos de Despesa dos Créditos Originários da UJ, no que tange a Despesas de Pessoal cujo aporte foi de **R\$ 58.785.534,00** no Exercício de 2011, tendo como gastos de maior relevância Vencimentos e vantagens Fixas, Obrigações Patronais e Aposentadorias e Reservas Remuneradas, nos valores de **R\$ 43.869.037,00**, **R\$ 8.992.905,00** e **R\$ 2.352.623,00** respectivamente, contrapondo ao Exercício de 2010 com o montante de **R\$ 44.541.707,00**, tendo como gastos de maior relevância Vencimentos e vantagens Fixas, Obrigações Patronais e Aposentadorias e Reservas Remuneradas, nos valores de **R\$ 33.224.664,00**, **R\$ 6.544.890,00** e **R\$ 2.098.598,00** respectivamente. Registramos ainda o incremento de **31,98%** do Exercício de 2010 para 2011. Registramos ainda a existência de um saldo a pagar relativo a 2011.

No que tange a Outras Despesas Correntes, que teve um aporte de **R\$ 30.792.028,00** no Exercício de 2011, tendo como gastos de maior relevância Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Locação de mão de obra e material de consumo, nos valores de **R\$ 7.792.614,00**, **R\$ 6.729.291,00** e **R\$ 5.256.817,00** respectivamente, contrapondo ao Exercício de 2010 com o montante de **R\$ 24.629.511,00**, tendo como gastos de maior relevância Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, material de consumo e auxílio-alimentação nos valores de **R\$ 11.473.739,00**, **R\$ 4.382.273,00** e **R\$ 2.226.979,00** respectivamente. Registramos ainda o incremento de **25,02%** do Exercício de 2010 para 2011. Salientamos que dos valores executados no Exercício de 2011 o montante de **R\$ 4.063.818,00** refere-se a Restos a Pagar não Processados, contrapondo ao Exercício de 2010 que teve o montante de **R\$ 5.555.734,00**, havendo um decréscimo de **(26,85%)**. Ressaltamos ainda que dos valores oriundos de Outras Despesas Correntes em 2011 foi pago o montante de **R\$ 25.570.682,00** contrapondo ao Exercício de 2010 que teve o montante de **R\$ 18.023.493,00**. Registramos ainda um saldo a pagar relativo a despesas liquidadas, nos Exercícios de 2010 e 2011.

Quanto ao Quadro A.2.10, no que tange a Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa da UJ, no que tange aos Investimentos cujo aporte foi de **R\$ 11.679.413,00** no Exercício de 2011, tendo como gastos de maior relevância Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente, nos valores de **R\$ 6.652.386,00** e **R\$ 5.027.027,00** respectivamente, contrapondo ao Exercício de 2010 com o montante de **R\$ 7.832.309,00**, tendo como gastos de maior relevância Equipamentos e Material Permanente e Obras e Instalações, nos valores de **R\$ 5.158.770,00** e **R\$ 2.673.338,00** respectivamente. Registramos ainda o incremento de **49,11%** do Exercício de 2010 para 2011. Registramos ainda a existência de um saldo de despesas liquidadas a pagar relativo a 2010 e 2011. Quanto às despesas empenhadas e não liquidadas – Restos a Pagar não processados – foi registrado um saldo nos Exercícios de 2011 e 2010 de **R\$ 6.601.450,00** e **R\$ 4.990.998,00** respectivamente. Ressaltamos ainda que foram pagos os valores de **R\$ 4.927.620,00** e **R\$ 2.452.119,00** referentes aos Exercícios de 2011 e 2010 respectivamente.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Não se aplica

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	2.058.502,00	350.022,00	1.756.638,00	184.879,00
Convite	-		-	
Tomada de Preços	285.442,00		285.442,00	
Concorrência				
Pregão	1.773.060,00	350.022,00	1.471.196,00	184.879,00
Concurso	-		-	
Consulta	-		-	
Contratações Diretas	467.911,00	51.881,00	367.019,00	44.006,00
Dispensa	244.767,00	51.881,00	175.162,00	44.006,00
Inexigibilidade	223.144,00		191.857,00	
Regime de Execução Especial		2.794,00		2.794,00
Suprimento de Fundos	-	2.794,00	-	2.794,00
Pagamento de Pessoal	4.405,00	107.731,00	3.779,00	105.747,00
Pagamento em Folha	-		-	
Diárias	4.405,00	107.731,00	3.779,00	105.747,00
Outras	179.438,00	239.391,00	127.116,00	237.526,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	4.357.168,00	903.330,00	2.424.813,00	714.657,00	1.932.355,00	188.672,00	1.969.109,00	544.641,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	1.886.472,00	346.801,00	1.328.411,00	314.990,00	558.060,00	31.811,00	1.063.456,00	163.950,00
Material de Consumo; Material de Consumo.	1.529.209,00	217.300,00	614.955,00	201.500,00	914.254,00	15.800,00	588.389,00	201.500,00
Locação de mão de obra; Locação de mão de obra.	572.486,00	128.329,00	311.530,00	79.793,00	260.956,00	48.535,00	201.184,00	79.793,00
Demais elementos do grupo	369.002,00	210.900,00	169.917,00	118.374,00	199.085,00	92.526,00	116.080,00	99.398,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	1.436.255,00	2.098.888,00	285.442,00	37.161,00	1.150.812,00	2.061.726,00	285.442,00	30.311,00
Equipamento e Material Permanente; Equipamento e Material Permanente.	1.136.255,00	1.798.888,00	-	37.161,00	1.136.255,00	1.761.726,00	-	30.311,00
Obras e Instalações; Obras e Instalações.	300.000,00	300.000,00	285.442,00	-	14.557,00	300.000,00	285.442,00	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.7 Indicadores Institucionais

2.4.7.1 Principais Indicadores de Gestão Administrativa

2.4.7.1.1 - Gastos com Pessoal

INDICADORES	DESCRIÇÃO SINTETIZADA	VALOR - 2011	% 2011	VALOR - 2010	% 2010
Gastos com Pessoal	<u>Total de Gastos com Pessoal</u> Gastos Totais	<u>R\$ 58.785.534,00</u> = 0,5491 R\$ 107.050.398,00	54,92	<u>R\$ 44.541.707,00</u> = 0,5567 R\$ 80.005.745,00	55,67

2.4.7.1.2 – Gastos com Outros Custeios

INDICADORES	DESCRIÇÃO SINTETIZADA	VALOR - 2011	% 2011	VALOR - 2010	% 2010
Gastos com Outros Custeios	<u>Total de Gastos Outros Custeios</u> Gastos Totais	<u>R\$ 35.149.196,00</u> = 0,3283 R\$ 107.050.398,00	32,83	<u>R\$ 25.532.841,00</u> = 0,3191 R\$ 80.005.745,00	31,91

2.4.7.1.3 - Gastos com Investimentos

INDICADORES	DESCRIÇÃO SINTETIZADA	VALOR - 2011	% 2011	VALOR - 2010	% 2010
Gastos com Investimentos	<u>Total de Gastos com Investimentos</u> Gastos Totais	<u>R\$ 13.115.668,00</u> = 0,1225 R\$ 107.050.398,00	12,25	<u>R\$ 9.931.197,00</u> = 0,1241 R\$ 80.005.745,00	12,4%

2.4.7.1.4 - Gastos por Aluno

INDICADORES	DESCRIÇÃO SINTETIZADA	VALOR - 2011	% 2011	VALOR - 2010	% 2010
Gastos por Aluno	<u>Total de Gastos</u> Nº de Alunos Matriculados	<u>R\$ 93.934.730,00</u> = R\$ 18.151,64 5.175	0,02	<u>R\$ 70.074.548,00</u> = R\$ 16.926,21 4.140	0,03

Análise Crítica:

Depreende-se que os recursos do Tesouro Nacional, colocados à disposição desta Instituição, foram aplicados com **eficiência, eficácia e efetividade**, na atividade fim deste Instituto, pelos seus gestores.

Quanto ao percentual de **Gastos com Pessoal** que indicam sobre gastos totais, é possível avaliar o aporte de dotação orçamentária e recursos financeiros maior em 2011, comparado ao Exercício de 2010, com um percentual de 31,57% equivalendo ao incremento de R\$ 14.243.827,00, devido à admissão de 298 novos servidores, registrado na **Ação 2012**. Ressaltamos que a dotação disponibilizada para essa natureza de gastos, **impactou positivamente** nas ações implementadas pelos gestores deste IFBAIANO.

Registramos que os gestores foram **eficientes e eficazes** ao implementarem ações que permitiram o atingimento do objetivo esperado com **efetividade** em razão da adoção de atitude proativa. Salientamos que o índice apurado no Exercício de 2011 comparado ao Exercício de 2010, indica redução de 1,35%, ainda que tenha ocorrido o aporte conforme o acima registrado.

Quanto ao percentual de **Gastos com Outros Custeios**, houve um incremento de 2,91% comparado ao Exercício de 2011 com o Exercício de 2010. Em relação aos índices, tendo em vista que a dotação orçamentária foi contemplada com o aporte a maior de R\$ 9.616.355,00 no ano de 2011, gerando um percentual de 32,83% contrapondo aos 31,91% de 2010.

Registramos um **impacto positivo** em face da dotação disponibilizada com a devida aplicação. Nos gastos com contratações e aquisições de itens para a manutenção do IFBAIANO, de forma **eficaz, eficiente e efetiva**, na destinação das disponibilidades colocadas à disposição dos gestores deste IFBAIANO.

Quanto ao percentual de **Gastos com Investimentos**, embora a dotação orçamentária para o Exercício de 2011 tenha sido maior, no valor de R\$ 3.184.471,00, comparado ao Exercício de 2010, registramos que houve uma imobilização de bens menor, conforme os percentuais apurados em 2011 de 12,25%, comparado ao Exercício de 2010 que foi de 12,42%, implicando em um índice negativo de 1,36%. Ainda assim, há de ressaltar que em 2011, a dotação foi maior do que em 2010, conforme registro acima, gerando um **impacto positivo**, com a aplicação devida da dotação em questão de forma **efetiva, eficiente e eficaz**, pelos seus gestores.

Comprova-se através dos notórios destaques dos alunos no mercado de trabalho, com conhecimento técnico absorvido, em razão, do Instituto ter efetivamente ministrado o seu fim social, proporcionando estágios remunerados e não remunerados, em órgão de notório conhecimento nacional, entre outros.

Quanto ao percentual de **Gastos Correntes por Aluno**, foi de 0,02% em 2011, menor do que o do Exercício de 2010, que foi de 0,03%. Ainda que o número de alunos matriculados tenha sido maior do que o ano anterior, assim como a dotação orçamentária e os recursos financeiros respectivamente terem sido 1.417 e R\$ 23.860.182,00, o **impacto foi positivo**, quando permitiu que o objeto final fosse atingido, com o índice apresentando uma redução de 33,33% no Exercício de 2011.

2.4.7.2 Principais Indicadores de Gestão Acadêmica

Os indicadores de Gestão Acadêmica e a análise crítica dos mesmos estão demonstrados no Anexo IV deste relatório.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
158129		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
-	-	-	-	-	-
Razões e Justificativas: O instituto Federal Baiano não possui passivos a serem reconhecidos por insuficiência de créditos ou recursos.					
Fonte: SIAFI					

4. RESTOS A PAGAR EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.439.483,00	(129,00)	1.439.010,00	344,00
2009	81.104,00	(455,00)	79.855,00	794,00
2008	7.903,00	-	2.733,00	5.170,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	10.546.725,00	(176.595,00)	9.708.239,00	661.891,00
2009	596.782,00	(79.873,00)	405.600,00	111.309,00
2008	39.326,00	(7.620,00)	20.552,00	11.154,00
Observações:				

4.2 Análise Crítica

As despesas legalmente empenhadas que não foram liquidadas até 31 de dezembro do ano de emissão do empenho ou cuja despesa já tenha sido liquidada em razão do recebimento do produto ou serviço, serão inscritas em Restos a Pagar Processados, distinguindo-se das não Processadas.

Dos valores inscritos em Restos a Pagar, relativos aos empenhos de exercícios anteriores, foram pagos os dos anos de 2008, 2009 e 2010, em valores acumulados, conforme Quadro acima.

Salientamos que do total de Restos a Pagar Processados em 2010, no valor de R\$ 1.439.483,00 foi pago em 2011 99,97%, **impactando positivamente**, no saldo da conta, caracterizando que os gestores foram **eficientes, eficazes e efetivos em suas ações**.

Quanto aos Restos a Pagar não Processados inscritos em 2010, no valor de R\$ 10.546.725,00, foi pago em 2011 92,05%, **impactando positivamente** no saldo da conta, caracterizando que os gestores foram **eficientes, eficazes e efetivos em suas ações**.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Quantidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1103	920	224	32
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1103	887	224	32
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1101	885	222	32
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	132	33	21	8
3. Total de Servidores (1+2)	1235	953	245	40

Fonte: SIAPE

5.1.2 Situações que reduzem a força efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (* Leis 11.091/2005 nº 11.784/2006)	2
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	17
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	5
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	12
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	113
3.1. De ofício, no interesse da Administração	17
3.2. A pedido, a critério da Administração	93
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	3
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	30
4.1. Doença em pessoa da família	30
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-

5.1 Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	164

Fonte: SIAPE

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ
(SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	64	65	28	9
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior/CD	64	65	28	9
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	64	61	28	9
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	1	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	1	1	-
1.2.5. Aposentados	-	2	-	-
2. Funções gratificadas	240	204	152	63
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	240	202	150	63
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	12	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	24	2	2	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	304	269	180	72

Fonte: SIAPE

5.1.4 Qualificação de quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade.

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	256	383	170	66	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	246	372	167	66	13
1.3. Servidores com Contratos Temporários	10	11	3	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	57	105	70	30	5
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior/CD	3	24	20	13	3
2.3. Funções gratificadas	54	81	50	17	2
3. Totais (1+2)	313	488	240	96	18

Fonte: SIAPE/ EXTRATOR/DW

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira*	-	2	10	19	5	89	3	253	55
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	16	11	5	1
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	2	10	19	5	105	14	258	56
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

* Dados em processo de atualização pelo Censo 2011, implantado em NOV/2011.

Fonte: Processo físico

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria.

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	33	-
1.1 Voluntária	29	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	3	-
1.4 Outras	1	-
2. Proporcional	11	-
2.1 Voluntária	9	-
2.2 Compulsória	2	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	44	-

Fonte: SIAPE

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	19	
1.1. Integral	18	
1.2. Proporcional	1	
2. Em Atividade	39	
3. Total (1+2)	58	

Fonte: SIAPE

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	9	6	4	-
1.1 Área Fim	-	-	-	-	
1.2 Área Meio	-	9	6	4	
2. Nível Médio	4	11	-	3	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	
2.2 Área Meio	4	11	-	3	
3. Total (1+2)	4	20	6	7	192.515,67

Fonte: SIAPE

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciário s	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercício s	2011	0,00									
	2010	0,00									
	2009	0,00									
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercício s	2011	26.091.031,76		4.046.376,70	487.316,10	3.651.557,09	10.091.640,26	797.852,99		767.013,94	45.932.788,84
	2010	19.482.034,31			462.387,54	2.808.924,74	784.215,25	7.142.783,83			30.680.345,67
	2009	12.477.917,71			512.778,42	12.180.582,27	4.168.715,58	491.467,50			29.831.461,48
Servidores com Contratos Temporários											
Exercício s	2011	550.602,25		48.910,13	4.314,99			5.955,39			609.782,76
	2010	358.933,55			32.210,38						391.143,93
	2009	583.086,65			9.422,84						592.509,49
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercício s	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercício s	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercício s	2011			14.535.790,67							14.535.790,67
	2010			10.273.791,77							10.273.791,77
	2009			5.204.725,79							5.204.725,79
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercício s	2011			2.886.356,35							2.886.356,35
	2010			2.517.614,11							2.517.614,11
	2009			1.937.574,97							1.937.574,97

Fonte: SIAPE/SIAFI

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADE INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUIDOS EM DECORRENCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVIDIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS.

Esse item não se aplica ao IF Baiano devido ao fato de não haver ocorrência de servidores terceirizados em cargos que constam do Plano de cargos do Instituto.

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.

Esse item não se aplica ao IF Baiano pelo mesmo motivo do Item 5.5.1, acima citado.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade.

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL BAIANO - REITORIA													
UG/Gestão: 158129/26404							CNPJ: 10.724.903/0001-						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	06/2011	05.248.988/0001-26 Águila Segurança	01/01/2011	31/12/2011							A
Observações: Prestação de serviços de Vigilância na Reitoria. Contrato será renovado para o ano de 2012. * Não foi exigido nível de escolaridade no edital, ficando a critério da empresa analisar e selecionar de acordo com as funções a serem desempenhadas.													

Fonte: Processo administrativo

Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	07/2011	05.248.988/0001-26 Águila Segurança	01/01/2011 1	31/12/2011 1							A
Observações: Prestação de serviços de Vigilância no Campus Bom Jesus da Lapa. Contrato será renovado para o ano de 2012.													
Informações sobre os contratos													

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	11/2011	05.248.988/0001-26 Áquila Segurança	01/01/2011 1	31/12/2011 1							A
Observações: Prestação de serviços de Vigilância no Campus Valença Contrato será renovado para o ano de 2012.													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	08/2011	05.913.326/0001-23 Rhema Segurança	01/01/2011 1	31/12/2011 1							A
Observações: Prestação de serviços de Vigilância no Campus Itapetinga. Contrato será renovado para o ano de 2012.													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	09/2011	05.913.326/0001-23 Rhema Segurança	01/01/2011 1	31/12/2011 1							A
Observações: Prestação de serviços de Vigilância no Campus Teixeira de Freitas. Contrato será renovado para o ano de 2012.													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	

					contratadas								
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	10/2011	05.913.326/0001-23 Rhema Segurança	01/01/2011	31/12/2011							A

Observações: Prestação de serviços de Vigilância no Campus Uruçuca
Contrato será renovado para o ano de 2012.

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL BAIANO - REITORIA													
UG/Gestão: 158129/26404							CNPJ: 10.724.903/0001-						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	32/2010	32.624.116/0001-98 LOC RHON	01/10/2010	01/10/2011							P
Observações: Contrato Prorrogado por 01 ano, até 30/09/2012 Prestação de serviços de Limpeza e Apoio Administrativo na sede da Reitoria. * Não foi exigido nível de escolaridade no edital, ficando a critério da empresa analisar e selecionar de acordo com as funções a serem desempenhadas.													

Fonte: Processo administrativo

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL BAIANO - REITORIA													
UG/Gestão: 158129/26404							CNPJ: 10.724.903/0001-						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	02/2011	10.956.539/0001-72 Contrate Gestão Empresarial	25/01/2011 1	31/12/2011 1							A
Observações: Prestação de serviços de limpeza e apoio administrativo no Campus Teixeira de Freitas. *Não foi exigido nível de escolaridade no edital, ficando a critério da empresa analisar e selecionar de acordo com as funções a serem desempenhadas.													

Fonte: Processo administrativo

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL BAIANO - REITORIA													
UG/Gestão: 158129/26404							CNPJ: 10.724.903/0001-						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	03/2011	10.956.539/0001-72 Contrate Gestão Empresarial	25/01/2011 1	31/12/2011 1							A

Observações:

Prestação de serviços de limpeza e apoio administrativo no Campus Uruçuca.

*Não foi exigido nível de escolaridade no edital, ficando a critério da empresa analisar e selecionar de acordo com as funções a serem desempenhadas.

Fonte: Processo administrativo

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL BAIANO - REITORIA													
UG/Gestão: 158129/26404						CNPJ: 10.724.903/0001-							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	04/2011	10.956.539/0001-72 Contrate Gestão Empresarial	25/01/2011	31/12/2011							A
Observações: Prestação de serviços de limpeza e apoio administrativo no Campus Valença. * Não foi exigido nível de escolaridade no edital, ficando a critério da empresa analisar e selecionar de acordo com as funções a serem desempenhadas.													

Fonte: Processo administrativo

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante							
Nome: INSTITUTO FEDERAL BAIANO - REITORIA							
UG/Gestão: 158129/26404					CNPJ: 10.724.903/0001-		
Informações sobre os contratos							
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período contratual de execução das	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados	Sit.

				(CNPJ)	atividades contratadas		F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	05/2011	09.504.335/0001-11 Astrap	25/01/2011	31/12/2011							A
Observações: Prestação de serviços de limpeza e apoio administrativo no Campus Itapetinga. * Não foi exigido nível de escolaridade no edital, ficando a critério da empresa analisar e selecionar de acordo com as funções a serem desempenhadas.													

Fonte: Processo administrativo

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: IF BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA													
UG/Gestão: 151889/26404							CNPJ: 10.724.903/0006-83						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	3	6	04/2011	05.248.988/0001-26	03/04/2011	31/12/2011			8	8			A
Observações:													

Fonte: Processo administrativo

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: IF BAIANO CAMPUS CATU													
UG/Gestão: 158443/26404							CNPJ: 10.724.903/0005-00						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	3	E	13/2011	02.534.128/0001-60	11/07/2011	10/01/2012							A
Observações: VIPAC SEGURANÇA – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	3	O	25/2010	02.534.128/0001-60	03/01/2011	02/01/2012							P
Observações: VIPAC SEGURANÇA													

Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	1 e 6	O	04/2011	03.140.521/0001-32	24/03/2011	23/03/2012							P

Observações: PROMAT LOCAÇÃO

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	6	O	22/2010	04.994.627/0001-66	19/10/2010	18/10/2012							P

Observações: MILLENUM SERVIÇOS

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	1	E	15/2011	01.030.016/0001-00	08/08/2011	08/02/2012							A

Observações: EXPRESS CLEAN – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Fonte: Processos administrativos

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: IF BAIANO CAMPUS GUANAMBI													
UG/Gestão: 158442/26404							CNPJ: 10.724.903/0004-11						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	14	O	05/2011	03.595.040/0001-11	01/04/2011	01/04/2012	33	33					P
Observações:													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	1	E	17/2011	03.595.040/0001-11	26/08/2011	31/12/2011	12	12					A
Observações:													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período contratual de execução das		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.

				(CNPJ)	atividades contratadas		F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	06/2011	04.163.678/0001-46	01/04/2011	25/08/2011	12	12					E
Observações:													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	3	O	04/2011	01.019.747/0001-54	01/03/2011	31/12/2011	6	6					A
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Processo administrativo

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: IF BAIANO CAMPUS SANTA INÊS													
UG/Gestão: 158277/26404							CNPJ: 10.724.903/0002-50						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	01/2011	09.576.446/0001-33	03/01/2011	31/12/2011	9	9					A
Observações:													

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: IF BAIANO CAMPUS SANTA INÊS													
UG/Gestão: 158277/26404							CNPJ: 10.724.903/0002-50						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	14	O	02/2011	07.014.493/0001-68	01/01/2011	31/12/2011	34	35	4	4			A
Observações:													

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante	
Nome: IF BAIANO CAMPUS SANTA INÊS	
UG/Gestão: 158277/26404	CNPJ: 10.724.903/0002-50
Informações sobre os contratos	

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	3	O	03/2011	05.958.597/0001-03	01/01/2011	31/12/2011	13	13					E

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante	
Nome: IF BAIANO CAMPUS SENHOR DO BONFIM	
UG/Gestão: 158435/26404	CNPJ: 10.724.903/0003-30
Informações sobre os contratos	

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	3	O	18/2007	01.761.671/0001-38	21/05/2007	21/05/2012			10				A
Observações:													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	22/2010	09.576.446/0001-33	19/11/2010	20/11/2010	2	2					P
Observações:													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	6	O	19/2006	07.014.493/0001-68	07/11/2006	07/11/2011	33	39					P
Observações:													
LEGENDA													
Área:													
1. Conservação e Limpeza;													
2. Segurança;													
3. Vigilância;													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente													

- | | |
|--|-------------|
| 4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras | contratada. |
|--|-------------|

Fonte: Processos administrativos

5.6 Indicadores de Recursos Humanos

Apresentamos a seguir 04 indicadores de recursos humanos que tratam de afastamentos por motivo de doença do servidor em relação ao número de servidores, remoção do servidor por motivo de saúde, afastamento do servidor para acompanhamento da família e ampliação da força de trabalho efetiva em relação ao número de alunos.

Indicador 01 - Afastamentos por motivo de doença do servidor

INDICADORES	DESCRIÇÃO SINTETIZADA	VALOR - 2011
Afastamento de servidor por Motivo de Doença	Nº total de afastamentos no ano por motivo de doença / total de servidores efetivos em 31/12	88/ 884 = 0,5492

Indicador 02 - Remoção por motivo de doença do servidor

INDICADORES	DESCRIÇÃO	VALOR - 2011
Remoção por Motivo de Doença do servidor	Nº total de remoções por motivo de doença no ano / total de servidores efetivos em 31/12	07/ 884 = 0,0079

Indicador 03 – Afastamentos para acompanhamento da família

INDICADOR	DESCRIÇÃO	VALOR - 2011
Afastamento para acompanhamento da família	Nº total de afastamentos de servidores para acompanhamento da família no ano / total de servidores efetivos	11/ 884 = 0,0124

Indicador 04 – Crescimento da Força de Trabalho

Crescimento da Força de Trabalho = $\text{Nº de servidores efetivos} / \text{Nº de Alunos}$

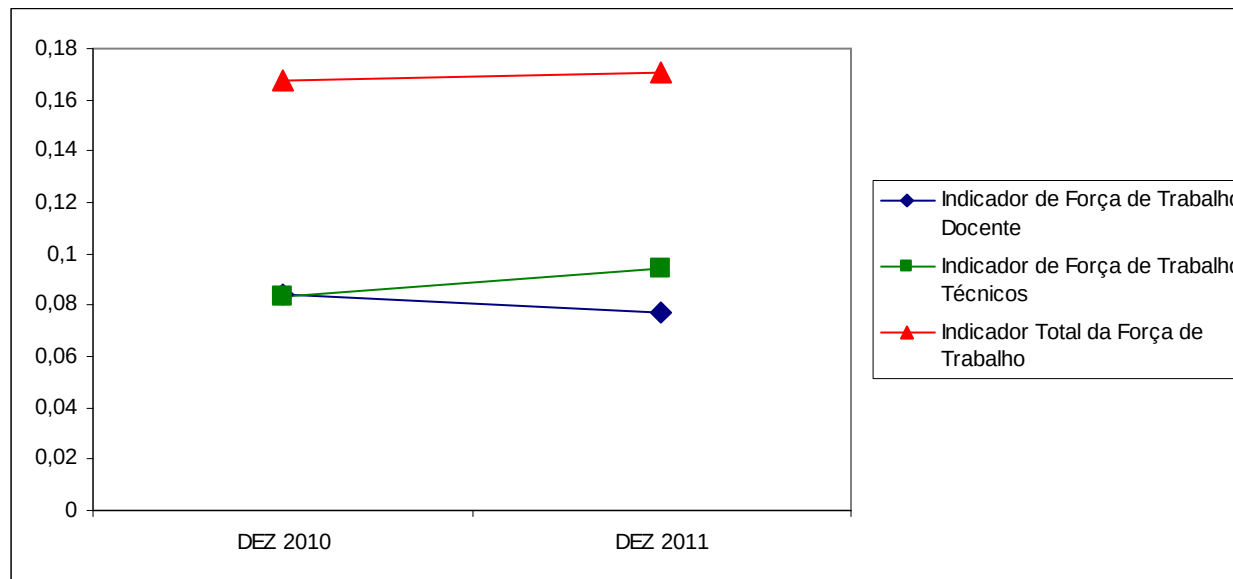
Nº de servidores = servidores efetivos existentes na Instituição em 31/12

Nº de alunos = alunos em curso em 31/12

INDICADOR	DESCRIÇÃO	VALOR – Dez 2011	VALOR – Dez 2010
Crescimento da Força de Trabalho Docente	Nº de servidores docentes / Nº de alunos	398/5175 = 0,0769	347/4140= 0,0838
Crescimento da Força de Trabalho Técnico (TAE)	Nº de servidores TAE / Nº de alunos	486/5175 = 0,0939	346/4140= 0,0835
Crescimento da Força de Trabalho Total	Nº total de servidores / Nº de alunos	884/5175 = 0,1708	693/4140= 0,0836

O Gráfico nº xx, a seguir apresenta uma comparação entre o crescimento da força efetiva de trabalho, formada pelos servidores efetivos da Instituição, entre os anos de 2010 e 2011, bem como entre as categorias docente e técnico administrativo em educação(TAE).

GRÁFICO 05 – Comparativo da Força de Trabalho



Análise crítica:

A partir da comparação entre os indicadores 01, 02 e 03, pode-se verificar que o maior índice de afastamento de servidores do trabalho é por motivo de doença. Porém o índice de remoções por doença, apesar de baixo, pode começar a sinalizar problemas de adaptação ao campus para o qual foi nomeado o servidor.

A partir da análise do gráfico fica evidenciado que não houve crescimento na força de trabalho docente, apesar do aumento de servidores docentes de um ano para o outro. Isso deve-se ao fato do aumento do número de professores não acompanhar proporcionalmente o aumento do número de alunos.

Para o relatório de 2012 será possível realizar uma série histórica maior, com o detalhamento da situação mensal e por campus e assim aperfeiçoar esta ferramenta de gestão que nos possibilita ter mais facilidade na tomada de decisões.

6. TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício 2011

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INSTITUTO EDERAL DE EDUCAÇÃO,CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO									
CNPJ: 10.724.903/0001-59			UG/GESTÃO: 158129/26404						
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	Portaria 34/2011	IF Baiano Reitoria	61.600,00	-	61.600,00	-	02/2011	04/2011	4
3	Portaria 305/2011	IF Baiano Catu	84.097,68		84.097,68	-	04/2011	12/2012	4
3	Portaria 321/2011 Processo nº 23327.002180/2011-48	IF Baiano Reitoria	363.962,00	-	363.962,00	-	-	-	4
	Processo nº 23327.000093/2011-56 Curso do Novo CPR	IF Baiano Reitoria	6.600,00	-	6.600,00	-	-	-	4
	Processo nº 23327.000093/2011-56 SIAFI Gerencial	IF Baiano Reitoria	1.640,00	-	1.640,00	-	-	-	4
3	Processo nº	IF Baiano	398.398,05	-	398.398,05	-	08/2011	12/2011	4

	230000010.476/2011-15	Diversos Campi							
3	Portaria 325/2011 Processo nº 23000.017205/2011-91	IF Baiano Reitoria	348.895,67	-	348.895,67	-	-	-	4
	Processo nº 23400.002574/2011-76	Reitoria	33.105,80	-	33.105,80		-	-	4
3	Portaria 310/2011	IF Baiano Diversos Campi	3.500.000,00	-	3.500.000,00	-	07/2011	07/2012	4
3	Portaria 308/2011	IF Baiano Reitoria	42.950,00		42.950,00	-			4
3	Portaria 321/2011	IF Baiano Reitoria	118.700,00	-	118.700,00	-	01/2012	12/2012	4
	Processo nº 23000.013902/2011-91-SESU	IF Baiano Reitoria	109.739,55	-	109.739,55	-	-	-	4
	Processo nº 58701.0010644/2011-69	IF Baiano Reitoria	39.800,00	-	39.800,00	-	-	-	4
3	Portaria 293/2011	IF Baiano Reitoria	32.900,00		32.900,00	-	02/2011	06/2011	4
3	Portaria 309/2011	IF Baiano CampusCatu	300.000,00	-	300.000,00	-	-	-	
3	Portaria 264/2011	IF Baiano Reitoria	131.096,41	-	131.096,41	-	-	-	4
3	Portaria 89/2010	Reitoria	115.084,06		115.084,06	-	03/2010	08/2011	4
3	Portaria 146/2010	Reitoria	32.532,00		32.532,00	-	09/2010	09/2011	4
	Portaria 127/2010	Catu	140.000,00		140.000,00	-	08/2010	02/2011	4
	Portaria 172/2010	reitoria	149.965,25		149.965,25	-	11/2010	09/2011	4
	Portaria 262/2010	Bonfim	300.000,00		300.000,00	-	08/2011	02/2011	4

	Portaria 66/2010	IF Baiano Campus Catu	188.826,28		188.826,28				
3	Portaria 146/2010	IF Baiano Diversos Campi	43.804,46		43.804,46	-	-	-	4
	VI Encontro do Encerramento do Exercício 2010	IF Baiano Reitoria	1.183,19		1.183,19	-	-	-	4

Fonte: Coordenação de Planejamento Orçamentário - PROPLAN

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO					
CNPJ:	10.724.903/0001-59					
UG/GESTÃO:	158129/26404					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	0	0	0	0	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	18	23	0	6.426.180,40	3.359.586,03	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	18	23	0	6.426.180,40	3.359.586,03	0

Fonte: Coordenação de Planejamento Orçamentário - PROAD

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2012 e seguintes.

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO EDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO					
CNPJ: 10.724.903/0001-59			UG/GESTÃO:158129/26404		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	0	0	0	0	0
Contrato de Repasse		0		0	0
Termo de Cooperação	0	0	9.785.766,43	742.460,00	100%
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	0	0	9.785.766,43	742.460,00	100%

Fonte: Coordenação de Planejamento Orçamentário - PROAD

Análise Crítica:

Os Quadros A.6.1, A.6.2 e A.6.3 são inerentes aos Instrumentos de Transferências de recursos orçamentários e financeiros recebidos pelo Instituto nos anos de 2009, 2010 e 2011.

Dentre os Instrumentos de Celebração de Transferência de Recursos, O IF Baiano recebeu recursos na modalidade Termo de Cooperação, totalizando R\$ **6.426.180,40** no Exercício de 2011, que comparado ao Exercício de 2010 podemos verificar um incremento de **91,27%**, gerando um **impacto positivo** na realização dos objetos aos quais os recursos foram destinados. Dos recursos recebidos por descentralização, destacamos os oriundos das **Portarias 310/2011, 321/2011 e Processo nº 23000.010476/2011-15** com um aporte de **R\$ 3.500.000,00, R\$ 363.962,00 e R\$ 398.398,05**, correspondendo a **54,46%, 5,66% e 6,20%** respectivamente, do total disponibilizado, onde os gestores aplicaram os recursos de forma **eficiente, eficaz e efetiva, impactando positivamente** no desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e administrativas do Instituto.

6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE.

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS
CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO
E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO					
CNPJ: 10724903/0001-59		UG/GESTÃO: 158129/26404			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante	-	-	-

		Repassado			
--	--	------------------	--	--	--

Análise Crítica:

O Instituto Federal Baiano não concedeu, nos Exercício de 2009, 2010 e 2011, transferências de recursos nas modalidades de Convênio, Termo de Cooperação e Contrato de Repasse.

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE
CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA BAIANO					
CNPJ: 10724903/0001-59			UG/GESTÃO: 158129/26404		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
			Montante repassado (R\$)	-	-
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-

2009	Quantidade de contas prestadas		-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
		Quantidade Reprovada	-	-
		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-
Fonte:				

6.3 Análise Crítica

O Instituto federal Baiano não concedeu nem recebeu, nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011, transferências de recursos referentes a Convênios e Contratos de Repasse.

7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Apresentada no Anexo IV deste Relatório

8. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	1235	-	-
	Entregaram a DBR	953	-	-
	Não cumpriram a obrigação	282	-	-

Fonte: Controle interno da Diretoria de Gestão de Pessoas

8.2. Análise Crítica do quadro A.8.1

1. Como providência adotada em relação aos servidores que não cumpriram a obrigação de entregar a Declaração de Bens e Rendas, a Diretoria de Gestão de Pessoas procedeu à abertura do Processo nº 23327.001679/2011-38, solicitando ao Reitor a remessa para o TCU/ SECEX-BA, para as providências que o caso requer, protocolado naquele órgão sob o nº 0000457235277, em 26/08/2011.
2. O controle interno é feito mediante sistema informatizado, em planilha eletrônica, com análise anual.
3. A recepção da DBR se dá mediante a entrega, pelo servidor, de autorização de acesso, em forma escrita, conforme Anexo I da Instrução Normativa TCU nº 65, de 20/04/2011.
4. A guarda das DBR's é feita em armário específico e sigiloso, cuja chave fica sob a responsabilidade direta desta Diretoria.

9. FUNCIONAMENTO DO CONTROLE INTERNO DA UJ

9.1 ESTRUTURA DOS CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO A.9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: UJ = Unidade Jurisdicionada (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Na Reitoria: Foram aplicados critérios de sustentabilidade na composição dos bens visando atender o art. 5º, I e IV da IN SLTI 01/10 na execução do Pregão nº 36/2011. Bom Jesus da Lapa: Critérios estabelecidos em leis e instruções normativas na execução do Pregão nº 17/2011. Catu: Exigência quanto ao uso de equipamentos e materiais que atendam a IN 01 de 2010 referente à sustentabilidade. Ex. Eficiência no uso de energia elétrica e de água, licença para exploração e comercialização de recursos minerais e vegetais na execução da Concorrência nº 02/2011. Guanambi: Foram realizadas aquisições conforme IN nº 02, de 16 de março de 2010 na execução do Pregão nos. 63/2011 e 93/2011.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. Reitoria: Estamos tentando identificar aquisições que podem ser feitas com estes critérios e nos adequando a esta realidade. Catu: <i>Dispensa de licitação nº 15/2011 aquisição de Papel.</i>		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). Reitoria: No pregão de material de limpeza nº 48/2011 teve um item que solicitamos que fosse biodegradável. Bom Jesus da Lapa: Como exemplo, citamos o pregão nº 11/2011, onde para adquirirmos pneus, solicitamos que os mesmos fossem fabricados dentro de padrões ambientalmente sustentáveis.		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Bom Jesus da Lapa: exigiu selo Procel para equipamentos elétricos. Catu: selo Procel. Santa Inês: Procel para materiais elétricos (lâmpadas) Senhor do Bonfim: exigiu selo Procel.		X			

5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Aquisições: Na Reitoria: lâmpadas econômicas conforme Pregão nº 50/2011. Bom Jesus da Lapa: na aquisição de bebedouros e geladeira. Guanambi: torneiras automáticas e condicionadores de ar. Santa Inês e Uruçuca: lâmpadas econômicas. Valença: Bebedouros, materiais elétricos e materiais para refeitórios. Senhor do Bonfim: lâmpadas econômicas e condicionadores de ar (Selo A). Acompanhamento do consumo de água: Bom Jesus da Lapa: Após verificação, concluiu que não existem desperdícios caracterizando o uso racional. Catu: São feitos planilhas mensais de consumo de água. Valença: Através dos técnicos do campo, onde inclusive se utiliza uma bomba d'água para puxar a água do rio, para dessa forma obter uma economia maior no consumo da água tratada. Uruçuca: O consumo de água tem se mantido estável apesar do crescimento no número de alunos e funcionários. Acompanhamento do consumo de energia elétrica: Bom Jesus da Lapa: o campus se preocupa em disseminar entre os servidores e alunos a necessidade da adoção de hábitos de consumo. Catu: São feitos planilhas mensais de acompanhamento do consumo. Valença: A utilização dos aparelhos de ar-condicionado são utilizados em horários específicos, e não em todo o período de trabalho, existem pessoas da vigilância designadas para estarem sempre verificando aparelhos e lâmpadas que possivelmente tenham sido esquecidos ligados, como também se estiverem se utilização no momento, a orientação é para desligá-los. Uruçuca: O acompanhamento do consumo elétrico favoreceu uma redução em 20% do consumo em relação ao ano anterior.			X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Na Reitoria: Houve aquisição de papel reciclado conforme Pregão nº 29/2011). Catu: Papel reciclado, conforme Dispensa nº 15/2011.		X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Na Reitoria: Foram adquiridos veículos flex, conforme Pregão nº 51/2011. Senhor do Bonfim: Fez adesão a Ata de Registro de Preço com esse critério.			X	

8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Na Reitoria: em alguns casos foram realizadas recargas de Toner, conforme Dispensas nº 22 e 29/2011. Bom Jesus da Lapa: Pregão 02/2011. Uruçuca: Compra de cartuchos recarregáveis.	X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. Bom Jesus da Lapa: a preferência por esses produtos tem sido exposto nos termos de referência. Catu: Exigência no edital quanto ao atendimento de normas técnicas como a exemplo da ABNT e definição do prazo mínimo de garantia/validade. Guanambi: através da descrição detalhada dos bens, inclusive garantia. Uruçuca: Avaliação e compra de bens com a melhor qualidade oferecida no mercado. Senhor do Bonfim: Mediante descrição detalhada do objeto a ser adquirido, bem como utilização de padrão de referência.			X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Na Reitoria: Na Concorrência nº 01/2010 não foi exigido nada no edital, mas posteriormente foi firmado aditivo visando adoção de critérios de sustentabilidade (torneiras automáticas e lâmpadas econômicas). Catu: Utilização de sensores de presença, torneiras com acionamento automático, apresentação de licença de exploração e comercialização de recursos materiais e vegetais. Bom Jesus da Lapa e Guanambi afirmam que neste exercício não foram feitos projetos para contratação de obras e serviços de engenharia. Uruçuca: Aproveitamento da luz solar na iluminação. Além disso têm-se observado nos editais de obras e serviços critérios objetivos de sustentabilidade ambiental conforme disposto na INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 pelas unidades: Reitoria (Concorrência nº 02/2011), Catu, Guanambi e Uruçuca.			X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. Na Reitoria: acabamos de realizar uma licitação (Pregão de Registro de Preços nº 46/2011) para aquisição de conjuntos de lixeiras seletivas. Certamente viabilizará a separação dos resíduos nos campi desse Instituto visto que poderá ser feita aquisição por todas as unidades. Bom Jesus da Lapa: esse campus iniciou o trabalho de separação, inclusive possui Comissão formal para a coleta seletiva solidária. Catu, Teixeira de Freitas, Uruçuca: realizam Guanambi: está em fase de implantação da campanha. Santa Inês: está em implementação da campanha. Senhor do Bonfim: Instituiu comissão para implantação de política de destinação de resíduos sólidos.			X	

12.Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? Bom Jesus da Lapa: A discussão sobre o consumo consciente tem permeado todas as atividades pedagógicas desenvolvidas tanto em sala de aula quanto nos eventos realizados. Catu: realizou palestras. Guanambi: estamos em fase de implantação da campanha. Teixeira de Freitas: Ao lado dos interruptores, consta um lembrete que o último a sair daquele ambiente, deverá apagar a luz. Com relação a diminuição de consumo de água, são colocados em murais a necessidade da diminuição do consumo de água afim de evitar o desperdício.				X	
13.Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? Na Reitoria: realizada campanha “adote um copo”. Bom Jesus da Lapa: campanhas de conscientização através de impressos e palestras. Guanambi: foram distribuídas garrafinhas plásticas para os servidores. Santa Inês: Distribuição de copos de alumínio. Teixeira de Freitas: Cartazes e panfletos incentivando o uso de copos ou xícaras próprias. Uruçuca: Solicitação da compra de canecas individuais para diminuição do uso de copos descartáveis. Senhor do Bonfim: adquiriu canecas plásticas.				X	
Considerações Gerais: Devido à licitação por pregão ser do tipo menor preço, em alguns casos, não é possível prezar pela qualidade e durabilidade do bem/produto que é entregue pelo fornecedor.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Bahia		
	Catu	1	1
	Guanambi	2	2
	Senhor do Bonfim	1	1
	Santa Inês	1	1
	Salvador	1	1
Subtotal Brasil		6	6
Total (Brasil + Exterior)		6	6

Fonte: Sistema SPIUNET

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Bahia		
	Salvador	1	0
	Bom Jesus da Lapa	1	0
Subtotal Brasil		2	0
Total (Brasil + Exterior)		2	0

Fonte: SIAFI

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
158443	3449.00007.500-5	21	3	115.969.152,81	-	-	2.529,00	-
158442	3533.00009.500-6	21	3	70.000,00	27/12/2011	193.100,00	-	-
158442	3533.00013.500-8	21	3	278.000,00	27/12/2011	-	-	-
158435	3901.00017.500-7	21	3	11.266.874,13	-	-	28.296,00	-
158277	3859.00005.500-7	21	3	164484,40	19/12/2011	106.142,05		-
158129	3849.00768.500-9	21	3	2.700.000,00	30/11/2011	-	23.088,00	-
Total							53.913,00	0,00

Fonte: Sistema SPIUNET e SIAFI

12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					x
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	0 (zero)				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.		x			
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			x		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		x			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				x	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		x			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			x		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				x	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			x		
Considerações Gerais:					

LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					
---	--	--	--	--	--

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO 2011

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	158.129 - Reitoria	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
EURO OLIVEIRA DE ARAUJO	095.960.625-49	2.106,60		2.106,60	2.106,60
JOSE ASSUNCAO SILVEIRA JUNIOR	281.528.165-15	13.028,32		13.028,32	13.028,32
MARCELITO TRINDADE ALMEIDA	869.247.615-34	3.787,76		3.787,76	3.787,76
FRANCISCO HARLEY DE OLIVEIRA MENDONCA	910.583.684/00	6.702,05		6.702,05	6.702,05
GIOVANNI GOMES LESSA	949.800.125-15	15.981,50		15.981,50	15.981,50
Total utilizado pela UG				41.606,23	41.606,23
Código da UG 2	158.277 Campus Santa Inês	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ELIEZER SANTANA GOMES	274.422.685-87	14.687,43		14.687,43	14.687,43
ANGELO FRANCISCO DE SOUZA ANDRADE	395.705.255-68	3.572,85		3.572,85	3.572,85
ROMILSON DE SOUZA BARRETO	504.663.305-10	454,60		454,60	454,60
ANDRE BASTOS DE QUEIROZ	680.833.435-87	2.289,65		2.289,65	2.289,65
ABDON SANTOS NOGUEIRA	696.112.894-72	1.350,00		1.350,00	1.350,00
Total utilizado pela UG				22.354,53	22.354,53
Código da UG 3	158.435 – Campus Senhor do Bonfim	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
RAILTON CESAR AZEVEDO ALVES	394.962.955-68	5.000,00		5.000,00	5.000,00
MARCOS ANTONIO MARQUES DE BRITO	451.507.455-53	17.392,41		17.392,41	17.392,41
THALES CERQUEIRA MENDES	795.231.885-34	4.111,40		4.111,40	4.111,40
KERDOVAL DA SILVA SOUZA	900.422.395-91	7.359,48		7.359,48	7.359,48
Total utilizado pela UG				33.863,29	33.863,29

Código da UG 4	158.442 – Campus Guanambi	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ROBERTO CARLOS CARVALHO DE SOUZA	377.997.975-68	10.070,33		10.070,33	10.070,33
JOSE GERMANO DE SOUZA SILVA	401.843.315-87	8.650,62		8.650,62	8.650,62
RONALDO DOS SANTOS	464.946.345-91	14.085,42		14.085,42	14.085,42
ANCILON ARAUJO E SILVA JUNIOR	891.177.515-00	11.929,05		11.929,05	11.929,05
WALDEMAR LADEIA SILVEIRA	951.788.488-53	4.785,47		4.785,47	4.785,47
Total utilizado pela UG				49.520,89	49.520,89

Código da UG 5	158.443 – Campus Catu	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
LEURISMAR MARQUES FERREIRA	686.510.665-20			5.781,20	5.781,20
Total utilizado pela UG				5.781,20	5.781,20

13.2. DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

QUADRO A.13.2 - Despesa com cartão de Crédito Corporativo (série histórica)

Não se aplica ao IF Baiano devido este ser o primeiro ano de utilização do cartão de crédito corporativo.

14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não houve renúncia tributária nesse Exercício.

15. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 033.606/2010-2				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Reitoria					
Descrição da Deliberação:					
“13. Tendo em conta o princípio da prevalência do interesse público sobre o privado, resta a este Tribunal, no momento oportuno, determinar que o contrato firmado com relação ao item 5 do Pregão Eletrônico nº 26/2010 não seja prorrogado, mesmo tendo sido constatadas as três irregularidades descritas no item 4 deste despacho”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração e Planejamento					
Síntese da providência adotada:					
Encontra-se em andamento Pregão Eletrônico para contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza e fornecimento de mão-de-obra para os Campi de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença, portanto, não haverá prorrogação dos contratos, conforme recomendação do TCU.					
Síntese dos resultados obtidos					
Novo processo licitatório está sendo formalizado, conforme deliberação do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A mobilização da comissão de licitação para realização de novo procedimento licitatório, em atendimento à deliberação do TCU, foi importante para que novas impropriedades não ocorram na condução de novos processos de pregão eletrônico.					

16. RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO/AUDITORIA INTERNA DA UJ.

16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO/AUDITORIA INTERNA DA UJ ATENDIDA

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	RELATÓRIO 07-2011 – IF BAIANO – CAMPUS CATU
Data do Relatório de Auditoria	18/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	<u>Processo n.: 5001121/2011-38</u> Suprimento de fundos nº 001/2011 Suprido: Leurismar Marques Ferreira Valor: R\$ 5.000,00 Aplicação: de 04.04.2011 a 30.05.2011 Comprovação: até 14.06.2011 1.1 - Verificou-se duas cópias de notas fiscais de difícil identificação dos itens adquiridos; 1.2 - Ausência de declaração do almoxarifado da existência ou não dos materiais a serem adquiridos; 1.3 - Ausência de pesquisa de preços. <u>Processo n.: 2300006848522010-14</u> <u>Constatação 001</u> - Verificamos a existência do documento “AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM A EMPRESA PROMAT”, onde constam registros de ocorrências, porém, não encontramos conformidade com o Anexo IV da IN MPOG nº 02/2008; <u>Constatação 002</u> – no Edital, ausência de item específico que estabelece os critérios de julgamento do certame. <u>Constatação 003</u> – ausência da aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente. <u>Constatação 004</u> – no segundo termo Aditivo ao contrato nº 04/2011, a cláusula primeira não define o objeto repactuado, além de fazer referência à cláusula sexta do Contrato, que trata da dotação orçamentária. A Procuradoria Jurídica do Instituto opinou pela aprovação do aditivo de valor, considerando que a Convenção Coletiva foi protocolada em 11/03/2011 e o Pregão ocorreu em 14/03/2011. Verificamos que a contadora do Campus Catu identificou erros nas planilhas de cálculo e que as planilhas foram devidamente corrigidas com base na Convenção Coletiva de 2011/2011. A assinatura do contrato foi em 21/03/2011, sendo que o pedido de repactuação foi em 19/04/2011 e a autorização de repactuação pela autoridade competente foi em 06/07/2011.
Comunicação Expedida/Data	18/08/2011

Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	INST.FED. DE EDUC. CIENC. E TEC. BAIANO – CAMPUS CATU
Descrição da Recomendação	1. Colocar no processo cópias legíveis dos documentos comprobatórios da despesa, de modo a proporcionar a correta identificação dos itens adquiridos. Da ocorrência do fato emergencial, obter declaração do setor de almoxarifado sobre a existência ou não dos bens a serem adquiridos. Realizar pesquisa de preços, de modo a evitar direcionamento a determinados fornecedores. 2. Dar atendimento ao Anexo IV da IN MPOG nº 02/2008, realizando a fiscalização inicial, no momento em que a terceirização é iniciada, a fiscalização mensal, a ser feita antes do pagamento da fatura, a fiscalização diária e a fiscalização especial. Conforme excerto do Acórdão TCU 1009/2011 – Plenário, “A deficiência nos controles para comprovar o recolhimento mensal do INSS e do FGTS, faz surgir a possibilidade de responsabilização solidária da Administração pelos encargos previdenciários resultantes da execução contratual, como estabelece o §2º, do art. 7º, da Lei nº 8.666/93, bem como de responsabilidade subsidiária quanto aos encargos trabalhistas, no caso o FGTS, conforme jurisprudência firmada no Tribunal Superior do Trabalho, por meio da Súmula nº 331”. 3. Proporcionar treinamento aos fiscais de contratos. 4. Inserir item específico estabelecendo critérios para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos, conforme inciso VII art. 40 da Lei 8.666/93. 5. Submeter o Termo de Referência à aprovação da autoridade competente, conforme Decreto 5.450/05, art. 9º, II. 6. Na apresentação das propostas, solicitar que as empresas informem qual Convenção Coletiva de Trabalho que está sendo utilizada na composição da planilha de custos. Na hipótese de, até a data de realização do pregão, entrar em vigor nova Convenção de Trabalho, o novo salário normativo deverá ser considerado para elaboração da proposta.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - CAMPUS GUANAMBI	
Síntese das providências adotadas	
1- Processo nº 5001121/2011-38 – recomendações adotadas para os processos mencionados e passarão a fazer parte da rotina de procedimentos; 2- Processo nº 2300006848/2010-14 – foram adotadas as recomendações e adequações relacionadas à fiscalização do contrato, conforme prevê o Anexo IV da IN MPOG nº 02/2008, estamos elaborando junto aos coordenadores planejamento de capacitação para proporcionar melhor desempenho na realização de diversas atividades à seara administrativa, inclusive a fiscalização de contratos, foi feita revisão nos procedimentos de elaboração dos processos licitatórios para evitar ausências de cláusulas essenciais nos Editais, termos de referência etc. que possam comprometer o sucesso do certame bem como nas prorrogações e/ou repactuações dos contratos.	

Síntese dos resultados obtidos
A Unidade se prontificou em adotar as recomendações emanadas do Relatório de Auditoria.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Fatores negativos que prejudicaram a adoção de providências: Servidores com sobrecarga de atividades; Divergência na interpretação das regulamentações (Leis, decretos, portarias, etc.) pelos servidores; Fatores positivos que facilitaram a adoção de providências: A consciência de contarmos com a atenção e o apoio do setor (AUDIN), para esclarecer as dúvidas e dar sugestões para simplificar os trabalhos; A boa vontade dos servidores em atender as recomendações;

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	RELATÓRIO 03-2011
Data do Relatório de Auditoria	23/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	Constatações: 001 a 002 processo nº 2333.000178-2011-85, 001 a 004 processo nº 2333.0000091-2010-27, 001 a 004 processo nº 23330.000012-2011-69, 001 processo nº 23330.000075-2011-15, 001 a 002 processo nº 23330.000075-2011-15.
Comunicação Expedida/Data	24/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	INST.FED. DE EDUC. CIENC. E TEC. BAIANO – CAMPUS GUANAMBI
Descrição da Recomendação	1- Elaborar a declaração do impacto orçamentário (art. 16 da lei 101/2000) em função do valor total do contrato no ano (junho a dezembro). Ultrapassando o exercício vigente, deverá ser feita outra estimativa do impacto orçamentário, referente ao ano subsequente (janeiro a maio); 2- Juntar ao processo declaração expressa da autoridade competente, aprovando, se for o caso, o projeto básico e executivo; 3- Justificar as quantidades as serem compradas de gêneros alimentícios mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação pelo setor competente, comprovando a real necessidade de aquisição; 4- Designar fiscal do contrato, em atendimento ao art. 67 da lei 8.666/93, juntando ao processo o respectivo ato de designação; 5- Aponham-se as rubricas da contratada às folhas da minuta do contrato. Na fl. 79, aponham-se as assinaturas do Diretor Geral e do solicitante; 6- Realizar pesquisa de preços, juntar ao processo orçamento base

	elaborado como referencial para contratação conforme tabela SINAPI, explicitando as composições e seus custos unitários, para possibilitar condições reais de análise dos parâmetros adotados pela Administração, conforme acórdão 2.385/2006 - TCU-Plenário; 7- As quantidades a serem compradas devem ser feitas mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação pelo setor competente, comprovando a real necessidade de aquisição, em atenção ao art. 15, §7º, II da Lei 8.666/93. O estudo que estimar as quantidades deve compor o processo, fundamentando o pedido da compra; 8- Observar o art. 43, VI e art. 38, VII da Lei de licitações, quanto ao ato de adjudicação. Nesse sentido destacamos decisão do TCU: [ACÓRDÃO] 9.5. determinar ao Município de Boa Vista/RR que, quando da administração de recursos federais: [...] 9.5.10. observe o comando inserido no art. 43, inciso VI, da Lei n. 8.666/1993, fazendo constar no processo respectivo o despacho de homologação e adjudicação do objeto, pela autoridade competente; AC-1425-31/07-P Sessão: 25/07/07 Grupo: II Classe: VI; 8-Juntar ao processo documentação relativa à estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, constituindo condição prévia para o empenho da despesa; 9- Elaborar a declaração do impacto orçamentário (art. 16 da lei 101/2000) em função do valor total do contrato no ano (junho a dezembro). Ultrapassando o exercício vigente, deverá ser feita outra estimativa do impacto orçamentário, referente ao ano subsequente (janeiro a maio); 9- Revisar, preventivamente, todos os contratos vigentes na UG, a fim de verificar a adequação aos respectivos créditos orçamentários, salvo em situações descritas no art. 57 da Lei 8.666/93; 11-Designar fiscal do contrato, em atendimento ao art. 67 da lei 8.666/93. No caso de fiscalização de obras, em observância ao §1º do mesmo artigo, o representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No caso de execução irregular, a ausência de providências tempestivas por parte dos responsáveis pelo acompanhamento do contrato pode levar à imputação de responsabilidade, com aplicação das sanções requeridas (Acórdão n.º 1450/2011-Plenário, TC-021.726/2007-4, rel. Min. Augusto Nardes, 1º.06.2011.); 10- Exigir do contratado certidão negativa de falência ou concordata, conforme art. 31 da lei 8.666/93 e Edital; 11- Alterar a redação no primeiro quadro da fl. 13 para “A estimativa do valor da despesa acima é de R\$...”.
--	---

Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - CAMPUS GUANAMBI	
Síntese das providências adotadas	
3- Foi acostado ao processo declaração expressa da autoridade competente aprovando o projeto básico e executivo relativo a construção do alojamento; 4- Foram acostadas ao processo declaração de preços SINAPI NACIONAL, devidamente assinada por engenheiro e tabela SINAPI; 5- Acostou-se o termo de adjudicação, conforme orientação da Auditoria Interna e o disposto n art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93; 6- A declaração do impacto econômico-financeiro foi anexada ao processo; 7- Foi elaborada declaração do impacto orçamentário-financeiro em função do valor total do contrato no ano; 8- Foi designada servidora para acompanhar a execução do contrato, conforme Portaria 33 de 11 de agosto de 2011; 9- A certidão de falência ou concordata foi cadastrada no SICAF. Conforme orientação da auditoria o item 9.1.3, que trata da demonstração da capacidade econômico-financeira da licitação foi excluída dos Editais elaborados pelo Campus; 10- O setor de Alimentação e Nutrição do Campus elaborou justificativa das quantidades, comprovando a necessidade de aquisição; 11- Foi designado servidor para acompanhamento de contrato, conforme Portarias nº 34,35 e 36 de 11 de agosto de 2011; 12- Aposição de rubrica da contratada nas folhas do contrato nº 08/2011 e identificação do representante da empresa. Sendo sanadas as ausências das assinaturas do diretor geral e do solicitante; 13- Foi elaborada justificativa complementar pelo setor competente, fundamentando o pedido de compra. E alteração da redação do primeiro quadro fl. 13, conforme orientação da Auditoria Interna; 14- A certidão de falência e concordata encontra-se cadastrada no SICAF. A partir da nota de auditoria nº 01/2011, o item 9.1.3 que trata da demonstração de capacidade econômico-financeira da licitação foi excluída dos Editais elaborados pelo Campus; 15- Nos futuros procedimentos relativos às bolsas a estudante será observado a Resolução nº 04, do Conselho Superior, estando a administração atenta evitando descumprimento da resolução.	
Síntese dos resultados obtidos	
O Campus se prontificou em adotar as recomendações emanadas do Relatório de Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve manifestação da Unidade.	

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	01/08/2011

Item do Relatório de Auditoria	Constatações: 01 a 06 processo nº 23332.000051-2011-46, 01ª 03 processo nº 23332.000037/2011-42, 01 a 02 processo nº 23332.000109/2011-51, 01 processo nº 23332.00026/2011-62 01 a 02 processo nº 23332.000118/2011-42 e 01 processo nº 23332.000123/2011-55.
Comunicação Expedida/Data	03/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	INST. FED. DE EDUC, CIENC.E TEC.BAIANO – CAMPUS SANTA INÊS
Descrição da Recomendação	1- Utilizar técnicas de estimação que permitam a correta mensuração das quantidades. Ex: elaborar um cardápio, por profissional competente, com definição dos ingredientes e quantidades a serem consumidas por período; 2- Realizar o maior número possível de cotações, com a finalidade de proporcionar à administração uma discriminação de preços mais próxima da realidade do mercado. Dar atendimento ao parecer prévio da Procuradoria do IF Baiano, conforme as possibilidades operacionais do Campus. Elaborar, por processo, lista de verificação e atendimento às recomendações da PF, de modo a proporcionar à AUDIN o devido acompanhamento das recomendações da Procuradoria do IFBAIANO; 3- Utilizar técnicas de estimação que permitam a correta mensuração das quantidades. Ex: estimar o quantitativo consumido por cada animal na data presente e até o prazo final de fornecimento da ração, incluindo o abate e novos animais decorrentes de nascimentos; 4- Apensar ata da sessão pública do pregão ao processo. Designar representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, em atendimento ao Art. 67 da Lei 8.666/93; 5- Apensar ao processo documentação relativa à declaração do ordenador de despesa de que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e com a LOA, LDO e PPA e estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício, conforme Lei Complementar nº 101/2000, art. 16. Realizar controle das dispensas por valor com vistas a não fracionar despesas. Juntar ao processo documentação relativa à regularidade perante o FGTS; 6- Verificar recomendação acima e apensar ao processo Parecer Jurídico; 7- Solicitar descrição precisa e sucinta do objeto ao órgão requisitante, de forma a facilitar a identificação do bem pela comissão de licitação. Apensar ao processo o Parecer Jurídico; 8- Apensar ao processo o parecer jurídico. Efetuar o controle das contratações realizadas entre o ano-exercício e o momento atual, por item, mediante o

	monitoramento do valor acumulado das contratações e análise de sua tendência, com observância dos limites legais.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Campus Santa Inês	
Síntese das providências adotadas	
1- A Administração tomará providências, junto ao setor solicitante (STAN) para que o mesmo aperfeiçoe técnicas de mensuração, em atendimento ao disposto no inciso II § 7º do art. 15 da lei de licitações 8.666/93; 2- Não desprezará a recomendação da auditoria interna referente a cotação de no mínimo três orçamentos no mercado; 3- O item do Parecer Jurídico sofreu atendimento nos termos possíveis pela Administração; 4- A Administração atenderá as recomendações no que diz respeito a aplicação de multas em percentuais diferenciados para os casos de inadimplementos contratuais; 5- A administração acatará as recomendações do órgão interno de auditoria, no que diz respeito a adequação do edital a atender o disposto no Art. 18 do Decreto nº 5.450/05; 6- Quanto a constatação de melhor especificação dos bens necessária a não indicação de marcas, bem como a perfeita definição de unidades e quantidades. A Administração através dos setores competente, desta unidade, estará melhor especificando as quantidades e unidades sem indicação de marcas, conforme prevê a legislação; 7- Quanto ao desperdício de papel, a coordenação de compra do campus, buscou a impressão somente da abertura e encerramento da ata onde consta a assinatura do Pregoeiro Oficial; 8- A Administração reconhece a necessidade de um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, a partir da constatação em toda processo idêntico haverá um fiscal nomeado conforme prevê a legislação; 9- A partir do questionamento da Auditoria interna os respectivos impactos estarão presentes em todos processos licitatórios, conforme prevê a legislação em vigor. Sendo solicitadas todas as certidões de regularidade junto aos órgãos públicos como FGTS; 10- A administração encaminhará ao órgão consultivo do IFBAIANO, os processos, para análise e emissão do Parecer Jurídico; 11- De acordo com a constatação da AUDIN a administração tomará medidas necessárias a buscar subsídios para uma melhor aplicação técnica quanto ao detalhamento e especificidade de cada objeto licitado; 12- No que se refere ao Parecer Jurídico quanto a legalidade os processos serão encaminhados a PJ; 13- A administração buscará melhorar controle das contratações em cada orçamento, com observância aos limites legais, com vista a atender as instruções e despachos proferidos por autoridade superiores.	
Síntese dos resultados obtidos	
O Campus Santa Inês se prontificou em atender as recomendações apontadas no Relatório da Auditoria Interna.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
1. Da análise crítica dos fatores positivos que facilitaram as adoções de providência: <i>Clareza e a objetividade nos questionamentos foram consideradas de fácil entendimento para adoções de medidas mitigadoras pela a Administração do Campus. Exemplo: indicação de multas em percentuais distintos nos casos de inadimplemento contratual; indicação da</i>	

melhoria nas especificidades do objeto da contratação e orientação quanto à necessidade de fiscalização contratual, contribuíram para aprimorar as questões quanto aos procedimentos licitatórios.

2. Da análise crítica dos fatores negativos que prejudicaram as adoções de providência:

O apontamento pela AUDIN quanto a alguns itens do Pregão Eletrônico 05/2011, processo nº 23332.000051/2011-46, aceitos com supostos valores superiores ao praticado no mercado e, exemplificando-os como “prejuízo mais alarmante” restou prejudicado seu atendimento, haja vista que a Administração dispensou esforços desnecessários para apresentá-los, pois os referidos itens da licitação foram aceitos com valores abaixo de estimado no Pregão em questão.

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 08/2011
Data do Relatório de Auditoria	10/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	Recomendações de 01 a 05
Comunicação Expedida/Data	03/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	INST.FED. DE EDUC. CIENC. E TEC. BAIANO – CAMPUS SENHOR DO BONFIM
Descrição da Recomendação	9- O projeto básico deve conter um cronograma físico, no mínimo com o formato de um diagrama de Gantt (diagrama de barras), e com o nível de detalhamento das partes da obra e dos serviços compatível com o vulto e a complexidade da contratação. A lógica [...]. A planilha de Custos e Serviços deve indicar o nome completo do responsável técnico, seu número de registro no CREA e assinatura; 10- Conforme orientação do IBRAOP, “Projeto Básico é o conjunto de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes a precisa caracterização da obra a ser executada, atendendo às Normas Técnicas e à legislação vigente, elaborado com base em estudos anteriores que assegurem a viabilidade e o adequado tratamento ambiental do empreendimento. Deve estabelecer[...]. A realização de estudo preliminar e elaboração de anteprojeto poderiam possibilitar a elaboração de um projeto mais adequado, mais livre de falhas. As deficiências [...]. Fazer constar em Edital e contrato previsão de critérios de aditivção de itens não revistos no projeto básico, que devem estar em consonância com os preços de mercado ou com a tabela SINAPI.; 11- Da análise das planilhas apresentadas na fase de habilitação, conferir o BDI informado e apresentado pela licitante, a fim de

	evitar pagamentos indevidos; 12- A utilização de suprimento de fundos na modalidade saque deve ser vista como atendimento às necessidades excepcionais, limitada até 20% do gasto anual com suprimento de fundos, conforme Portaria nº 653, de 28/05/2008. O Gestor ou setor responsável pela concessão do suprimento de fundos [...]. Destacar em cada processo de concessão justificativa para saque, em conformidade com os limites e necessidades excepcionais fixados na Portaria expedida pelo Ministro de Estado. É de responsabilidade do Ordenador de Despesa de cada UG definir e controlar o [...], solicitamos justificativa acerca do pagamento de multa no valor de R\$ 49,48.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
158277- SENHOR DO BONFIM	
Síntese das providências adotadas	
14- Em atendimento à constatação 01, foi solicitado à LM Construções o fornecimento, para a comissão de Acompanhamento da Obra, do cronograma de serviços físico-financeiro, a planilha orçamentária (custos e serviços). As providências foram adotadas e as recomendações repassadas aos responsáveis para evitar repetição das mesmas situações em outros processos; 15- Quanto ao pagamento de multa, foi encaminhado em anexo, Memorando nº 23333.503343/2011-26, expedido pelo CEOF/SAOF, objetivando os esclarecimentos em atendimento a solicitação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em resposta ao Relatório de Auditoria a Unidade se prontificou em atender às recomendações.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
II.I .Gestão de Suprimento de bens e serviços (Constatação 01, 02 e 03) <u>Pontos negativos:</u> • Quanto ao Projeto básico, a utilização de projeto já concebido pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, motivado pela exigüidade de tempo para a elaboração de projeto que atendesse todas as especificidades, bem como a necessidade de aproveitamento dos recursos alocados para este projeto. • A reitoria chamou para si a responsabilidade da implementação do processo licitatório, mesmo com representação do Campus na comissão, onde as decisões preponderantemente emanavam dos representantes da Administração Central. <u>Pontos Positivos:</u> • Alerta para um maior acompanhamento na execução do projeto pela comissão constituída para a fiscalização da obra. • Acolhimento dos aspectos técnicos e legais para o atingimento eficiente e eficaz do projeto. II.I .Gestão de Suprimento de bens e serviços (Constatação 04) <u>Pontos positivos:</u> • A reiteração pela Auditoria Interna dos procedimentos adotados pela administração deste campus, atendendo sugestão da comissão de fiscalização, quanto à inobservância, pela comissão de licitação, do BDI apresentado pela Empresa vencedora do certame licitatório. III.I . Acompanhamento de gestão financeira	

Pontos Negativos: Ausência de pessoal instruído para a utilização do cartão de pagamento do governo federal, em função, principalmente, da complexidade de entendimento da legislação reguladora.

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 06/2011
Data do Relatório de Auditoria	01/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	Constatações: Processo n.: 23327.000261/2011-11, itens de 01 a 05; Processo n. 23327.000052/2011-60, itens de 01 a 07, Processo n. 23327.000567/2011-60, itens 01 e 02.
Comunicação Expedida/Data	03/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO –REITORIA

Processo n.: 23327.000261/2011-11

01 – embora o Diretor Geral do Campus Uruçuca não esteja ordenando despesas no processo, e sim o Reitor do IFBAIANO, atentar-se que, quando na condição de UG executora, o demandante do suprimento de fundos não se confunda com o Ordenador de Despesas;

02 - Recomendação – ao suprido, realizar a prestação de contas dentro do prazo de 30 dias do prazo de aplicação. A Pró-Reitoria de administração e Planejamento pode acompanhar o atendimento ao prazo;

03 - Recomendação – de modo a evitar o direcionamento a determinados fornecedores, realizar e registrar pesquisa de preços, sempre que possível;

04 - Recomendação – ao atestar os documentos, por o nome, de forma legível, do servidor que tenha conhecimento das condições que foi efetuada a compra ou prestado o serviço. Identificar, na folha 05, o Ordenador de Despesa;

05 - Recomendação – Suprimento de Fundos não é a regra e sim a exceção.

Quando do seu uso, é necessário observar o seguinte:

a) na aquisição de material de consumo:

- inexistência temporária ou eventual no almoxarifado, devidamente justificada;

- inexistência de fornecedor contratado/registrado. Atualmente, com a possibilidade de registrar-se preços - Ata de Registro de Preços, é possível ter fornecedores registrados para a grande maioria das necessidades de material de consumo das unidades;

- se não se trata de aquisições de um mesmo objeto, passíveis de planejamento, e que, ao longo do exercício, possam vir a ser caracterizadas como fracionamento de despesa e, conseqüentemente, como fuga ao processo licitatório; e

- se as despesas a serem realizadas estão vinculadas às atividades da unidade e, como é óbvio, se servem ao interesse público.

b) na contratação de serviços:

- inexistência de cobertura contratual;

- se não se trata de contratações de um mesmo objeto, passíveis de planejamento, e que, ao longo do exercício, possam vir a ser caracterizadas como fracionamento de despesa e, conseqüentemente, como fuga ao processo licitatório; e

- se as despesas a serem realizadas estão vinculadas às atividades da unidade e, como é óbvio, se servem ao interesse público.

Processo n. 23327.000052/2011-60

01 - Recomendação – planejar com antecedência a necessidade de aquisição/contratação de bens/serviços com vistas a não utilizar o Cartão de Pagamento do Governo Federal para despesas que possam se submeter ao modo regular de aquisição, alertando que situações de emergência provocadas por falta de planejamento são passíveis de responsabilização, conforme Decisão n.º 347/1995-Plenário e Acórdão n.º 771/2005-2ª Câmara, do TCU;

02 - Recomendação – realizar a prestação de contas no prazo de 30 dias a partir do dia subsequente ao término do prazo para a aplicação do suprimento de fundos.

A prestação de contas deverá conter:

a) as solicitações de aquisição/contratações de serviços;

b) os documentos comprobatórios originais da aquisição do material ou do serviço contratado (Notas Fiscais, Recibos), organizados por elemento de despesa e ordenados por data de emissão, devidamente atestados pelo demandante da despesa;

c) o demonstrativo das despesas realizadas, juntamente com os respectivos Comprovantes de Venda, constando toda a movimentação ocorrida no período; e

d) as faturas fornecidas pela instituição operadora do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

03 - Recomendação – não realizar despesas nos finais de semana, salvo em situações devidamente justificadas;

04 - Recomendação – evitar o direcionamento a determinados fornecedores, realizando e registrando

pesquisa de preços, sempre que possível;

05 - Recomendação – na realização de despesas por suprimento de fundos atentar-se para o limite de R\$ 800,00, por elemento de despesa;

06 - Recomendação – através do Memorando nº 17/2011, de 21 de Junho de 2011, verificou-se que a Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira – CEOF, da Reitoria, ao analisar a prestação de contas de suprimento de fundos, identificou a contratação de serviços e compra de material de construção/revisão de veículos quando na verdade já existia empresa/fornecedor contratado pelo órgão/entidade. Além de verificar a existência em estoque, no almoxarifado, do material a ser adquirido, a Unidade deve verificar se o material ou o serviço pretendido pode ser tempestivamente fornecido por empresa/fornecedor contratado pelo órgão/entidade. Atualmente, com a possibilidade de registrar-se preços - Ata de Registro de Preços, é possível ter fornecedores registrados para a grande maioria das necessidades de material de consumo das unidades;

07 - Recomendação – São despesas passíveis de compras por suprimento de fundos: conservação, adaptação, melhoramento ou recuperação de bens móveis ou imóveis. No entanto, a utilização de suprimento de fundos não é a regra, e sim a exceção.

Processo n. 23327.000567/2011-60

01 - Recomendação – planejar com antecedência a necessidade de aquisição/contratação de bens/serviços com vistas a não utilizar o Cartão de Pagamento do Governo Federal para despesas que possam se submeter ao modo regular de aquisição, alertando que situações de emergência provocadas por falta de planejamento são passíveis de responsabilização, conforme Decisão n.º 347/1995-Plenário e Acórdão n.º 771/2005-2ª Câmara, do TCU.

02 - Recomendação – juntar ao processo detalhamento da fatura do cartão, possibilitando a identificação de cada compra. Evitar colocar no processo documentação de outros suprimentos de fundos. Numerar o processo.

Síntese dos resultados obtidos

A Reitoria está buscando aperfeiçoar os controles internos administrativos, orientando os supridos quando da utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A Unidade não se manifestou quanto aos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências.

17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Encontra-se no Anexo